

PREGÃO ELETRÔNICO

006/2025

CONTRATANTE (UASG)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
925152

OBJETO

Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo e no documento contendo as especificações dos itens, que integraram este edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 632.794,74 (seiscentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 06/11/2025 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim: grupos 02, 04, 05

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

(Processo Administrativo n.º 213/2025)

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS (CRCMG), com sede na rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no projeto executivo, no memorial descritivo e no documento contendo as especificações dos itens, que integram este contrato como anexo.

GRUPO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	VALOR ESTIMADO
1	Mobiliário corporativo (poltronas de auditório e cadeiras de escritório)	R\$ 452.620,63
2	Móveis industrializados (poltronas e mesas de apoio)	R\$ 23.226,06
3	Marcenaria sob medida (armários personalizados conforme projeto arquitetônico)	R\$ 81.300,00
4	Cortinas (rolô e de veludo motorizada, conforme especificações técnicas e ambientes)	R\$ 21.435,81
5	Equipamentos elétricos e eletrodomésticos (geladeiras, micro-ondas, bebedouros, entre outros)	R\$ 54.212,24
VALOR TOTAL ESTIMADO		R\$ 632.794,74

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme do Termo de Referência, memorial descritivo e o documento contendo as especificações dos itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os grupos 02, 04, 05, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.15.1 deste Edital.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de

corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.111 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Planilha Orçamentária;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 200,00 (duzentos reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia no Portal de Compras Governamental.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: licitacao@crcmg.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.16. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

7.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.17.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.17.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crcmg.org.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo correio eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crcmg.org.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudos Técnicos Preliminares;

11.11.2. ANEXO II – Memorial Descritivo;

11.11.3. ANEXO III – Especificação dos Itens;

11.11.4. ANEXO IV – Projeto Executivo;

11.11.5. ANEXO V – Planilha Orçamentária;

11.11.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;

11.11.7. ANEXO VII – Modelo de Proposta;

11.11.8. ANEXO VIII – Atestado de Vistoria;

11.11.9. ANEXO IX - Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto;

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2025.

Assinado digitalmente por:
SUELY MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
CPF: ***.588.426-**
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5
Data: 21/10/2025 16:38:46 -03:00



Suely Maria Marques de Oliveira
Presidente do CRCMG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no projeto executivo, no memorial descritivo e no documento contendo as especificações dos itens, que integraram este processo.

1.2. Os bens a serem fornecidos foram parcelados em lotes, de modo a assegurar maior competitividade, facilitar a participação de empresas especializadas e garantir economicidade para a Administração, sendo que divisão foi estruturada com base na homogeneidade dos produtos, nas particularidades técnicas de execução e na lógica de especialização dos fornecedores, nos seguintes termos:

- **Lote 1:** Mobiliário corporativo (poltronas de auditório e cadeiras de escritório);
- **Lote 2:** Móveis industrializados (poltronas e mesas de apoio);
- **Lote 3:** Marcenaria sob medida (armários personalizados conforme projeto arquitetônico);
- **Lote 4:** Cortinas (rolô e de veludo motorizada, conforme especificações técnicas e ambientes);
- **Lote 5:** Equipamentos elétricos e eletrodomésticos (geladeiras, micro-ondas, bebedouros, entre outros).

1.3. Todos os equipamentos e serviços que compõem o objeto deste processo estão detalhadamente especificados no Anexo IV – Projeto Executivo, no Anexo III – Especificação dos Itens e no Anexo II - Memorial Descritivo, os quais integraram o processo licitatório como anexo.

1.4. Os valores unitários e totais de referência estão discriminados na planilha orçamentária que integrará o processo licitatório como anexo.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, considerando que as especificações se encontram objetivamente definidas neste edital e nos documentos técnicos supramencionados.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato.

1.7.1. Nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado caso o objeto não seja concluído dentro do período inicialmente estabelecido, permanecendo vigente até a completa execução contratual.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e no Plano de Trabalho de 2025 do CRCMG, especialmente na rubrica 6.3.2.1.03.01.001 – Móveis e Utensílios de Escritório - do projeto 5007, além de outras detalhadas a seguir:

Projeto	Conta contábil	
	Código	Descrição
5007	6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES
5009	6.3.2.1.03.01.002	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
5009	6.3.2.1.03.01.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS
5009	6.3.2.1.03.01.003	INSTALAÇÕES

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Memorial Descritivo do projeto, o qual integrará o processo como anexo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Deverão ser observados todos os critérios de sustentabilidade estabelecidos nas especificações dos equipamentos constantes do Anexo IV – Projeto Executivo, no Anexo III – Especificação dos Itens e no Anexo II - Memorial Descritivo, os quais integrarão este processo como anexo.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, será admitida a indicação de marcas, características e modelos constantes do Projeto Executivo, exclusivamente como referência de qualidade ou para facilitar a descrição do objeto, não se configurando como restrição à ampla competitividade.

4.3. Conforme previsto no Memorial Descritivo, a PROPONENTE deverá, obrigatoriamente, indicar marca, modelo e procedência dos equipamentos indicados abaixo:

- Equipamentos elétricos;
- Eletrodomésticos;
- Mobiliário pronto;
- Cortinas e materiais empregados.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os bens fornecidos deverão ser entregues e instalados no novo prédio que integrará a sede do CRCMG, localizado à Rua Cláudio Manoel, nº 617, bairro Savassi, Belo Horizonte – MG, Cep 30140-105, observando-se os seguintes prazos:

Itens pertencentes ao lote:	Prazo de entrega e instalação
Lote 1 - Mobiliário corporativo	60 dias contados da assinatura do contrato
Lote 2 - Móveis industrializados	30 dias contados da assinatura do contrato
Lote 3 - Marcenaria sob medida	60 dias contados da assinatura do contrato
Lote 4 – Cortinas	60 dias contados da assinatura do contrato
Lote 5 - Equipamentos elétricos e eletrodomésticos	30 dias contados da assinatura do contrato

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. Os prazos de garantia contratual dos bens estão definidos no Memorial Descritivo, sendo que, para determinados itens, é exigida garantia complementar à prevista em lei. Os prazos de garantia deverão ser contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. Nos casos em que o prazo de garantia oferecido pelo fabricante for inferior ao estabelecido no Memorial Descritivo, caberá à CONTRATADA complementar a cobertura da garantia pelo período restante, de modo a atender integralmente às exigências previstas no referido documento.

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9. Outras exigências em relação à garantia estão estabelecidas no Memorial Descritivo.

5.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CRCMG poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.1.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Memorial Descritivo e na proposta.

7.3. Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no memorial Descritivo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento do objeto, observando o prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. O critério de análise e aceitabilidade de preços observará os valores unitários admitidos, constantes da planilha de composição de preços anexa ao edital.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será parcelado em lotes, conforme descrito no item 1.2 deste Termo de Referência e demais documentos técnicos que integrarão este processo e o contrato como anexo.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. Fornecimento e instalação de poltronas de auditório para os interessados no fornecimento dos itens constantes do Lote 1;

8.26.1.2. Fornecimento e instalação de móveis industrializados para os interessados no fornecimento dos itens constantes do lote 2;

8.26.1.3. Fornecimento e instalação de marcenaria sob medida para ambientes corporativos, para os interessados no fornecimento dos itens constantes do lote 3;

8.26.1.4. Fornecimento e instalação de cortinas, inclusive motorizadas, para os interessados no fornecimento dos itens constantes do lote 4;

8.26.1.5. Fornecimento de eletrodomésticos, para os interessados no fornecimento dos itens constantes do lote 5.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.27.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 632.794,74 (seiscentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária que integrará este processo como anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria.

10.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Projeto	Conta contábil	
	Código	Descrição
5007	6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES
5009	6.3.2.1.03.01.002	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
5009	6.3.2.1.03.01.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS
5009	6.3.2.1.03.01.003	INSTALAÇÕES

11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

ASSESSORA DA PRESIDÊNCIA

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

GERENTE DE CONTRATAÇÕES

PRESIDENTE

APÊNDICE I DO ANEXO I – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do Objeto	Aquisição de bens e serviços
Responsável Pela Demanda	Vinícius Tadeu Rezende Rosa
Equipe de Planejamento	Vinícius Tadeu Rezende Rosa Thais Soares Donato Marcos Gabriel da Silva Maria Aparecida Lopes Monteiro Cardoso Mário Rogério Marotta

NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG. A necessidade decorre da demanda institucional de dotar as novas instalações — oriundas da obra de ampliação da sede — com infraestrutura física moderna, funcional e compatível com os padrões ergonômicos, operacionais e estéticos exigidos para o desempenho eficiente das atividades do Conselho.

A solução de mobiliário e eletrodomésticos abrangerá todo o novo prédio. O escopo contempla o fornecimento e a instalação de mobiliário corporativo, de marcenaria sob medida, além dos equipamentos eletrodomésticos, com foco na funcionalidade, conforto, durabilidade e integração estética com o projeto arquitetônico, atendendo a ambientes como recepção, auditório, salas de apoio, cozinhas e depósitos de materiais de limpeza, entre outros.

Importante destacar que os pontos de infraestrutura civil e elétrica necessários à instalação dos itens foram previamente considerados e estão sendo executados na obra em andamento. No entanto, a aquisição do mobiliário e eletrodomésticos foi propositalmente segregada do escopo da construção civil, em razão: (a) da natureza específica do fornecimento, que exige expertise própria na concepção e execução de peças sob medida; e (b) da necessidade de adequação precisa aos espaços construídos, o que requer compatibilização com os ambientes já finalizados para evitar desperdícios, retrabalho ou inadequações.

A contratação será pautada em projeto executivo detalhado, elaborado pelo CRCMG, o que assegura maior precisão na definição dos quantitativos, materiais e especificações técnicas, além do cumprimento das normas de ergonomia, acessibilidade, sustentabilidade e segurança aplicáveis. Também está prevista a instalação completa dos itens por equipe técnica especializada, garantindo a correta montagem e o aproveitamento integral dos ambientes.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de equipar adequadamente a sede do CRCMG para o desempenho de suas funções institucionais, previstas no Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alinhando-se ao planejamento estratégico da entidade, à modernização da sua infraestrutura física e às diretrizes de padronização, eficiência e sustentabilidade estabelecidas nos estudos técnicos e administrativos que subsidiam este processo.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos intrínsecos do objeto:

O CRCMG está executando a obra de ampliação de sua sede administrativa, que inclui a construção de um novo prédio e sua unificação com a estrutura existente. Como parte das novas instalações, estão sendo construídos um auditório, um salão multiuso e um novo plenário. Para esses espaços, foi desenvolvido um projeto ambientação, contemplando móveis e eletrodomésticos necessários para oferecer uma infraestrutura moderna e eficiente, capaz de comportar eventos, reuniões e demais atividades institucionais, garantindo conforto, funcionalidade, ergonomia e integração estética.

A obra atualmente em execução já prevê a infraestrutura necessária para instalação de todos os itens. No entanto, o fornecimento e a instalação dos móveis e eletrodomésticos não foram incluídos no escopo inicial, devido a dois fatores principais:

a) A instalação desses equipamentos exige uma especialização específica, distinta da execução da obra civil;

b) A rápida evolução tecnológica poderia tornar os itens originalmente previstos obsoletos entre a elaboração do edital da obra e sua conclusão, além da possibilidade de saída de linha e variação significativa nos preços ao longo desse período.

Diante disso, considerando que a obra se aproxima de sua etapa final, torna-se necessária a aquisição e instalação dos móveis e eletrodomésticos para garantir o pleno funcionamento das novas instalações.

Para garantir a excelência na definição dos requisitos técnicos, operacionais e legais, o CRCMG elaborou o projeto de ambientação que fará parte da documentação base da contratação. O escopo desenvolvido inclui não apenas a especificação detalhada dos equipamentos e sistemas a serem adquiridos, mas também a infraestrutura necessária para sua correta instalação.

O projeto e os documentos correlatos contêm todas as diretrizes técnicas essenciais, incluindo especificações, requisitos de segurança, ergonomia e sustentabilidade, além das normas regulatórias aplicáveis ao setor. Também estão detalhados os aspectos operacionais da solução, garantindo que a empresa a ser contratada tenha total clareza sobre as exigências do CRCMG para o fornecimento adequado dos itens.

Dessa forma, a contratação terá como base um planejamento detalhado e previamente definido, assegurando que o fornecimento dos bens e a execução do serviço ocorra dentro dos padrões de qualidade exigidos, com alto desempenho e durabilidade da solução implantada.

4.2. Vigência contratual

A vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura, considerando os prazos necessários para a entrega e instalação dos itens contratados. O prazo poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal, caso a execução integral do objeto não ocorra dentro do período inicialmente previsto.

4.3. Requisitos legais e regulamentares:

Para o fornecimento e instalação de mobiliário e eletrodomésticos nas novas instalações do CRCMG, é fundamental a observância das normas técnicas aplicáveis, de modo a garantir acessibilidade, segurança, ergonomia e conformidade com os padrões vigentes.

Normas Técnicas da ABNT:

1. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
2. **NBR 13966:** Mobiliário para escritório
3. **NBR 5410:** Instalações elétricas, entre outras

4.4. Requisitos de sustentabilidade

A contratação para fornecimento e instalação de mobiliário e eletrodomésticos nas novas instalações do CRCMG deve observar critérios de sustentabilidade, em consonância com as diretrizes de consumo consciente, eficiência energética e redução de impactos ambientais. Para isso, deverão ser considerados os seguintes requisitos:

1. **Eficiência energética** – Priorizar eletrodomésticos com selo Procel de Economia de Energia ou certificações internacionais equivalentes (como Energy Star), contribuindo para a redução do consumo elétrico e dos custos operacionais.
2. **Durabilidade e manutenção** – Selecionar produtos com maior vida útil, facilidade de manutenção e disponibilidade de assistência técnica, minimizando a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes.
3. **Materiais sustentáveis** – Dar preferência a mobiliários fabricados com materiais recicláveis, de origem controlada ou com certificações ambientais reconhecidas (como FSC para madeira), reduzindo o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto.
4. **Redução de resíduos na entrega e instalação** – Requerer que a empresa contratada se responsabilize pela destinação ambientalmente adequada das embalagens e eventuais resíduos gerados durante a instalação, conforme a legislação vigente.
5. **Logística sustentável** – Valorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis no transporte, como rotas otimizadas, uso de embalagens reutilizáveis ou recicláveis, e redução das emissões de CO₂ na logística.
6. **Uso responsável dos recursos naturais** – Escolher produtos que utilizem, em sua fabricação, matérias-primas de menor impacto ambiental e processos industriais mais limpos, com menor consumo de água e energia.
7. **Ergonomia e bem-estar** – Garantir que os móveis sigam normas de ergonomia (como a NBR 13966), promovendo conforto e prevenindo problemas de saúde ocupacional.
8. **Acessibilidade** – Incluir critérios de acessibilidade na seleção dos mobiliários, em conformidade com a NBR 9050, assegurando condições adequadas de uso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
9. **Conformidade legal** – Assegurar que todos os produtos estejam em conformidade com as normas técnicas brasileiras e com a **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que se refere à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada de resíduos.

4.5. Continuidade dos serviços

A contratação para o fornecimento e instalação de mobiliário e eletrodomésticos caracteriza-se como uma contratação por escopo, uma vez que é possível definir com clareza os prazos para início e conclusão dos serviços, com base na entrega e na instalação dos itens conforme as especificações técnicas.

Embora os produtos fornecidos estejam sujeitos a prazos legais e contratuais de garantia, essa obrigação não caracteriza continuidade contratual, pois eventuais atendimentos dentro do período de garantia deverão ser prestados pontualmente, mediante acionamento pela Administração, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável.

SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para garantir uma contratação eficiente e adequada às necessidades do CRCMG no fornecimento e instalação de mobiliário e eletrodomésticos, foi realizada pesquisa de mercado abrangente, com consulta a fornecedores especializados no setor. O estudo teve como objetivos identificar as soluções disponíveis, estimar custos, avaliar a qualidade dos produtos e verificar a capacidade técnica das empresas fornecedoras.

O levantamento considerou os seguintes aspectos:

1. **Análise de soluções disponíveis** – Serão pesquisadas opções de mobiliário e eletrodomésticos compatíveis com ambientes institucionais, priorizando produtos com qualidade reconhecida, funcionalidade, durabilidade e adequação à nova estrutura física da sede.
2. **Orçamentos e referências de preço** – Serão obtidas cotações com empresas do setor, permitindo a definição de um referencial de preços compatível com os valores praticados no mercado, garantindo maior segurança orçamentária e viabilidade da contratação.
3. **Especificações técnicas** – Avaliação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança, ergonomia (no caso de mobiliário), eficiência energética (para eletrodomésticos), conformidade com normas da ABNT e adequação ao uso corporativo.
4. **Capacidade e experiência dos fornecedores** – Análise da qualificação técnica das empresas consultadas, considerando o porte, tempo de atuação, certificações e histórico de fornecimento em contratos similares.
5. **Condições de garantia** – Levantamento dos prazos e abrangência das garantias oferecidas para os produtos, assegurando a responsabilização por defeitos de fabricação e maior tranquilidade para a Administração.
6. **Sustentabilidade e eficiência** – Consideração de aspectos como eficiência energética (para eletrodomésticos com selo Procel), uso de materiais recicláveis ou de origem controlada (no mobiliário) e conformidade com a legislação ambiental, especialmente no que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
7. **Normas técnicas aplicáveis** – Verificação da conformidade dos produtos com as normas da ABNT e exigências de ergonomia, acessibilidade e segurança, de forma a garantir conforto e funcionalidade no uso institucional.

A pesquisa de mercado demonstrou que a aquisição direta dos bens, com fornecimento e instalação por empresa especializada, representa a solução mais vantajosa para a Administração, tanto sob o aspecto técnico, pela integração aos espaços físicos recém-ampliados, quanto econômico, considerando a durabilidade e o baixo risco de obsolescência dos itens envolvidos.

Quanto à possibilidade de locação, essa alternativa foi descartada por não atender aos objetivos do projeto. A instalação do mobiliário envolve fixação em pontos específicos do ambiente, seguindo os projetos de arquitetura e marcenaria sob medida, o que demanda intervenções permanentes, como ancoragem em paredes, encaixes personalizados e integração com os demais elementos da infraestrutura física. No caso dos eletrodomésticos, embora alguns modelos possam ser tecnicamente locáveis, a expectativa de uso prolongado, aliada ao baixo índice de obsolescência e ao custo-benefício da aquisição, torna a

compra mais vantajosa para o CRCMG. Ademais, a locação poderia gerar custos recorrentes, sem a contrapartida patrimonial proporcionada pela aquisição definitiva.

Dessa forma, a contratação por aquisição, com fornecimento e instalação dos itens, se mostra tecnicamente mais adequada e economicamente mais eficiente, atendendo plenamente às demandas institucionais e contribuindo para a consolidação da nova estrutura física da sede.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução objeto desta contratação visa dotar o novo prédio do CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, de mobiliário projetado e eletrodomésticos que atendam, de forma integrada, às necessidades funcionais, estéticas e operacionais da nova estrutura física da instituição. O objetivo é garantir ambientes adequados, confortáveis e compatíveis com o uso institucional, considerando critérios de ergonomia, acessibilidade, durabilidade e conformidade técnica com os projetos executivos de interiores.

A proposta contempla o fornecimento, montagem e instalação de mobiliário pronto, mobiliário sob medida, equipamentos elétricos e eletrodomésticos, com atenção especial à harmonização com a arquitetura do edifício, à segurança dos usuários e à qualidade dos materiais empregados.

Os ambientes contemplados incluem:

- **Recepção:** com balcões de atendimento, assentos, mobiliário de apoio e ambientação adequada ao acolhimento do público externo;
- **Auditório (222 lugares):** poltronas de auditório e mobiliário corporativo compatível com o uso frequente em eventos institucionais, além de sala de apoio equipada com itens funcionais;
- **Salas de Apoio e DML:** dotadas de móveis sob medida para organização e armazenamento, além de cadeiras;
- **Cozinhas (pavimentos térreo e superior):** equipadas com armários e apoio e eletrodomésticos de uso institucional (refrigeradores, micro-ondas, bebedouros, cafeteiras, etc.), conforme especificações de qualidade, segurança e eficiência energética.

Além dos móveis, a contratação inclui cortinas rolô e cortinas de veludo motorizadas para controle de luminosidade e conforto acústico, especialmente nos ambientes destinados a eventos e apresentações. A instalação dos itens será realizada conforme cronograma e critérios estabelecidos nos projetos e no memorial descritivo, com verificação prévia de medidas no local, limpeza ao término dos serviços e recuperação das superfícies afetadas durante a montagem.

Todos os produtos deverão ser novos, de primeira linha, com garantia mínima de 12 meses para os móveis e 24 meses para os eletrodomésticos, devendo ser entregues com manuais de uso e nota fiscal discriminada.

Com essa iniciativa, o CRCMG assegura a funcionalidade e a qualificação técnica dos espaços institucionais, promovendo um ambiente de trabalho moderno, seguro e alinhado aos princípios de economicidade, acessibilidade e valorização do serviço público.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Todos os quantitativos de produtos e serviços estão detalhados no projeto, no memorial descritivo e no documento com as especificações de cada item.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação encontra-se detalhada na Planilha de Pesquisa de Preços anexa a estes Estudos Técnicos Preliminares, constituindo o valor total estimado o montante de R\$ 632.794,74 (seiscentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos).

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza distinta dos itens a serem adquiridos, bem como as práticas usuais do mercado de fornecimento, optou-se pelo **parcelamento do objeto** em lotes específicos, de modo a assegurar maior competitividade, facilitar a participação de empresas especializadas e garantir economicidade para a Administração.

A divisão foi estruturada com base na homogeneidade dos produtos, nas particularidades técnicas de execução e na lógica de especialização dos fornecedores, nos seguintes termos:

- **Lote 1:** Mobiliário corporativo (poltronas de auditório e cadeiras de escritório);
- **Lote 2:** Móveis industrializados (poltronas e mesas de apoio);
- **Lote 3:** Marcenaria sob medida (armários personalizados conforme projeto arquitetônico);
- **Lote 4:** Cortinas (rolô e de veludo motorizada, conforme especificações técnicas e ambientes);
- **Lote 5:** Equipamentos elétricos e eletrodomésticos (geladeiras, micro-ondas, bebedouros, entre outros).

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Obra de ampliação da sede do CRCMG que se encontra em fase final de execução. Contrato celebrado com a Construtora Guia Ltda.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação em questão está alinhada com o planejamento estratégico do CRCMG, uma vez que contribuirá para a consecução do objetivo nele previsto de assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.

Além disso, as despesas relacionadas ao objeto em questão foram contempladas nos projetos **5009 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios** e **5007 – Aquisição, Construção, Instalação e Reforma de Sede e Subsede**, integrante do Plano de Trabalho do CRCMG para 2025. O custeio será realizado parcialmente com a dotação orçamentária do exercício vigente e parcialmente com recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, mediante a abertura de crédito especial.

No que se refere ao Plano de Contratações Anual (PCA), essa contratação estava originalmente prevista no plano de 2024, com realização programada para dezembro. No entanto, em razão do atraso na obra de ampliação da sede do CRCMG, a execução foi postergada para 2025. Diante disso, a contratação foi devidamente incluída no PCA de 2025, item 13 (aprovado pela Portaria Pres CRCMG n.º 089, de 11 de agosto de 2025), garantindo o alinhamento com as previsões atuais da obra.

PLANEJAMENTO

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação integrada de mobiliário e eletrodomésticos projetados proporcionará diversos benefícios para o CRCMG, entre os quais se destacam:

1. **Modernização da infraestrutura** – Implantação de um conjunto de mobiliário funcional e eletrodomésticos de qualidade, alinhados às melhores práticas de ergonomia, design e eficiência energética, promovendo ambientes mais adequados, confortáveis e modernos.
2. **Aprimoramento das condições de trabalho e atendimento** – Melhoria dos espaços internos destinados ao desempenho das atividades institucionais, oferecendo mais conforto aos colaboradores, conselheiros e visitantes, com reflexos positivos na produtividade e na qualidade do atendimento.
3. **Padronização e integração dos ambientes** – Garantia de uniformidade estética e funcional entre os espaços, com móveis planejados conforme layout arquitetônico e eletrodomésticos selecionados para atender com eficiência às demandas específicas de cada setor.
4. **Maior confiabilidade e durabilidade** – Escolha de materiais e equipamentos com especificações técnicas adequadas, visando à resistência ao uso contínuo e à redução de manutenções corretivas, assegurando um ambiente institucional mais estável e funcional.
5. **Otimização de recursos** – Redução de custos futuros com adaptações, substituições e retrabalho, tendo em vista a aquisição embasada em projeto técnico detalhado e compatível com as necessidades da nova sede.
6. **Suporte técnico e garantia** – Disponibilidade de assistência técnica e garantia contratual dos itens adquiridos, promovendo segurança quanto ao funcionamento adequado dos equipamentos e à reposição de eventuais defeitos dentro do prazo de cobertura.
7. **Acessibilidade e inclusão** – Consideração de critérios de acessibilidade nos projetos de mobiliário, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, seguro e adaptado à diversidade de usuários.
8. **Valorização da imagem institucional** – Criação de ambientes modernos, funcionais e bem equipados, que reforçam a credibilidade e o profissionalismo do CRCMG, especialmente em recepções, salas de reunião, auditórios e demais espaços de representação institucional.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A contratação ora em estudo está diretamente vinculada à conclusão das obras de ampliação da sede do CRCMG, atualmente em andamento. As intervenções em execução contemplam, entre outras frentes, a infraestrutura necessária à instalação dos móveis e equipamentos que serão adquiridos, incluindo pontos elétricos, hidráulicos, estruturais e de lógica adequados aos projetos arquitetônico e executivo da nova edificação.

As providências relacionadas à preparação dos ambientes para o recebimento do mobiliário e dos eletrodomésticos já estão previstas no escopo contratual da obra em curso, cuja conclusão está estimada para julho de 2025, prazo a partir do qual será viabilizada a instalação dos bens permanentes adquiridos neste processo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição e o uso de mobiliário e eletrodomésticos também podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos ao longo de seu ciclo de vida, desde a fabricação até o descarte. Abaixo estão os principais impactos ambientais a serem considerados nesse processo:

1. **Geração de resíduos sólidos e volumosos** – A substituição futura de móveis e eletrodomésticos pode resultar na geração de resíduos de difícil destinação, exigindo descarte adequado em conformidade com a legislação ambiental vigente e boas práticas de sustentabilidade.
2. **Consumo de energia elétrica** – O uso contínuo de eletrodomésticos impacta diretamente o consumo energético da instituição, podendo contribuir para a emissão de gases de efeito estufa, sobretudo quando não se trata de equipamentos com selo de eficiência energética ou quando a energia utilizada não for de fonte renovável.

3. **Uso de materiais de difícil reciclagem** – Muitos móveis e eletrodomésticos utilizam materiais compostos (aglomerados, espumas, plásticos rígidos, metais tratados, etc.) que dificultam o reaproveitamento e aumentam a carga ambiental em seu descarte.
4. **Emissão de carbono no transporte e logística** – A entrega e montagem dos móveis, bem como a instalação dos eletrodomésticos, envolvem deslocamentos que geram emissões de CO₂, especialmente quando realizados por veículos movidos a combustíveis fósseis.
5. **Impactos associados à fabricação dos produtos** – A produção de móveis planejados e eletrodomésticos envolve o uso de madeira, metais, plásticos e outros insumos cuja extração e transformação consomem recursos naturais, água e energia, além de gerarem resíduos industriais.
6. **Descarte inadequado de embalagens** – A aquisição em grande volume pode gerar considerável quantidade de embalagens (papelão, plásticos, isopor, etc.), cuja destinação incorreta contribui para o acúmulo de resíduos sólidos urbanos.

Medidas para mitigação:

Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da aquisição e uso de mobiliário e eletrodomésticos, recomenda-se:

- Priorizar produtos com selo de eficiência energética (no caso dos eletrodomésticos) e com materiais certificados, recicláveis ou de menor impacto ambiental (no caso do mobiliário);
- Exigir, em edital, que os fornecedores recolham e realizem a destinação ambientalmente adequada das embalagens e, quando aplicável, dos itens substituídos;
- Avaliar fornecedores que adotem práticas de produção sustentável e possuam certificações ambientais reconhecidas (como FSC, ISO 14001, etc.);
- Implementar diretrizes institucionais para o uso racional de equipamentos e manutenção preventiva, prolongando a vida útil dos bens adquiridos;
- Estimular a reutilização e o reaproveitamento de mobiliário em bom estado nas áreas administrativas do CRCMG, evitando descarte precoce.

VIABILIDADE

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos elementos apresentados nestes Estudos Técnicos Preliminares, verifica-se que o objeto da contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico do CRCMG, trata-se de solução amplamente disponibilizada no mercado e há previsão orçamentária suficiente para a cobertura das despesas decorrentes.

Dessa forma, a equipe de planejamento declara que a contratação objeto deste estudo é viável sob os aspectos econômico-financeiros, bem como quanto à sua conveniência e oportunidade para a Administração.

16. RESPONSÁVEIS

Vinícius Tadeu Rezende Rosa
Membro

Thais Soares Donato
Membro

Rua Cláudio Manoel, 639 - Bairro Savassi
Telefone: (31) 3269-8400 – CEP: 30140-105 – Belo Horizonte/MG

Marcos Gabriel da Silva
Membro

Maria Aparecida Lopes Monteiro Cardoso
Membro

Mário Rogério Marotta
Membro

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. OBJETIVO	2
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO	2
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	3
5. REQUISITOS DE MARCENARIA SOB MEDIDA, MOBILIÁRIO INDUSTRIALIZADO/PRONTO E MOBILIÁRIO CORPORATIVO	3
6. REQUISITOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS.....	7
7. REQUISITOS DAS CORTINAS ROLÔ E DAS CORTINAS DE VELUDO	9
8. FISCALIZAÇÃO	12
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	12
10. OBRIGAÇÕES DO CRCMG	13
11. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO	13
12. INDICAÇÃO DE MARCA, MODELO E PROCEDÊNCIA.....	16
13. CATÁLOGOS	16
14. PROPOSTA	16
15. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	16
16. CONFIDENCIALIDADE	16

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

1. INTRODUÇÃO

Este documento contempla o caderno de encargos com as especificações técnicas relativas ao mobiliário projetado para o novo prédio do CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte - MG.

O novo edifício contará com auditório, salão multiuso, salas de apoio, recepção e área de convivência — ambientes que fundamentam os requisitos para definição do mobiliário a ser utilizado. As especificações apresentadas neste caderno foram elaboradas com base nos projetos arquitetônicos e complementares que o acompanham.

2. OBJETIVO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer os requisitos técnicos mínimos a serem observados pelo PROPONENTE na elaboração das propostas técnica e comercial, referentes ao fornecimento, montagem e instalação de mobiliário pronto, mobiliário sob medida e equipamentos elétricos destinados ao novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG.

Este documento complementa as informações contidas no projeto arquitetônico executivo de interiores, com a finalidade de facilitar a interpretação das pranchas de desenho. Também apresenta diretrizes gerais e especificações sobre materiais de acabamento, de modo a orientar adequadamente a execução das propostas e assegurar a conformidade com os padrões definidos pelo CRCMG.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Os desenhos que integram o projeto de mobiliário preveem o atendimento aos ambientes específicos do novo prédio do CRCMG, composto por um edifício de três níveis: subsolo, pavimento térreo e 1º pavimento.

No pavimento térreo, estão localizados: a recepção, com três pontos de atendimento; um auditório com capacidade para 222 assentos; sala de apoio ao auditório; cozinha; instalação sanitária acessível (PCD) e área de circulação.

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- 5.5. Todas as medidas deverão ser conferidas no local antes do início da execução dos móveis, não cabendo nenhum serviço extra por diferenças entre as medidas constantes no projeto e o existente.
- 5.6. Os serviços deverão ser programados e submetidos a prévia apreciação e validação da fiscalização do CRCMG;
- 5.7. Compete à PROPONENTE fazer prévia visita ao local da obra para proceder minucioso exame das condições locais, averiguar os serviços e materiais a empregar e realizar medições para conferência. Alternativamente à visita ao local de instalação dos móveis e eletrodomésticos a PROPONENTE poderá apresentar declaração de conhecimento das condições de execução do objeto. Qualquer dúvida ou irregularidade observada nos projetos ou memorial descritivo, deverá ser previamente esclarecida junto ao CRCMG, visto que, após apresentada a proposta, não acolherá nenhuma reivindicação.
- 5.8. Não será permitida a alteração das especificações, exceto a juízo da FISCALIZAÇÃO do CRCMG e com autorização por escrito da mesma.
- 5.9. Cabe à CONTRATADA a verificação e conferência do projeto proposto, bem como a responsabilização técnica pela execução.
- 5.10. Ficará a CONTRATADA obrigada a refazer os trabalhos impugnados, sendo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências, ficando a etapa correspondente considerada não concluída.
- 5.11. Durante a execução dos serviços, todas as superfícies atingidas pela montagem do mobiliário deverão ser recuperadas, utilizando-se material idêntico ao existente no local, procurando-se obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes. Todo e qualquer dano causado às instalações do CRCMG, por elementos ou funcionários da contratada, deverá ser reparado de imediato e sem ônus para o CRCMG.
- 5.12. No intuito de tomar-se todas as precauções necessárias a evitar a ocorrência de acidentes na montagem, durante a execução dos trabalhos deverão ser rigorosamente observadas as Normas Técnicas de segurança do trabalho vigentes, inclusive as destinadas a trabalhos em altura.
- 5.13. Ficará a CONTRATADA obrigada a fornecer a seus operários uniformes e crachás para sua identificação durante a execução da obra, bem como, fornecer todos os equipamentos e EPIs de segurança.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

- 5.23. As amostras dos materiais a serem utilizados serão submetidas previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Em caso de eventualidades técnicas que obriguem a mudança de material especificado, o assunto deverá ser solicitado por escrito pela CONTRATADA, para que a FISCALIZAÇÃO se manifeste a respeito, emitindo autorização expressa.
- 5.24. Entende-se por material tecnicamente equivalente ao indicado, aquele material que pode ser substituído por outro em uma aplicação específica, mantendo as características técnicas e/ou propriedades físico-químicas semelhantes a equivalência, ser comprovada, em tempo hábil, através da apresentação de relatórios ou pareceres técnicos de institutos especializados que permitam a aferição da equivalência.
- 5.25. A CONTRATADA deverá verificar todas as medidas no local, correlacionando os projetos e o local antes do início dos serviços. Qualquer divergência deverá ser comunicada à FISCALIZAÇÃO do CRCMG.
- 5.26. Toda e qualquer alteração nos projetos, especificações ou normas, que implique em acréscimo, redução ou modificação, terá, obrigatoriamente, participação efetiva do autor do projeto, com expressa autorização da FISCALIZAÇÃO do CRCMG.
- 5.27. Quando da apresentação do orçamento, fica subentendido que a CONTRATADA não teve nenhuma dúvida relacionada com interpretação dos projetos, como também executou verificação e conferência dos quantitativos dos serviços apresentados na planilha de custos para execução da obra e verificações dos demais elementos fornecidos, permitindo-lhe assim elaborar a proposta completa.
- 5.28. Todos os elementos constantes nos projetos, planilha quantitativa, detalhes e especificações deverão ser executados. Em caso de divergências entre as informações do projeto e especificações, deverá ser comunicado ao CRCMG para definição.
- 5.29. Os móveis deverão ser confeccionados em MDF na cor especificada em projeto, com espessuras variáveis conforme descrito no projeto e planilha quantitativa.
- 5.30. As portas dos armários, deverão ser estruturadas de forma a não apresentarem empenamento ao longo do uso contínuo.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- 5.31. Todas ferragens, fechaduras, dobradiças, etc., utilizadas para confecção dos móveis deverão ser de primeira linha, conforme especificado. Deverão ser utilizadas dobradiças com amortecedor a gás, para armários, ficando a cargo da CONTRATADA a verificação do peso das portas, para escolha correta das dobradiças.
- 5.32. Deverão ser utilizadas correições telescópicas de abertura total e prolongamento de curso em 25 mm do comprimento nominal e fechamento através de molas e pistão (Freio). Deslizamento através de esferas de aço.
- 5.33. A instalação dos mobiliários a serem afixados nas paredes de alvenaria serão feitos através de furos com parafusos e buchas dispostos a, no máximo, 80 cm de distância de cada um, ao longo do seu comprimento, ou de forma a garantir a sua perfeita rigidez e fixação na parede.
- 5.34. Para um melhor acabamento será colocado um enchimento em massa própria para madeira em possíveis frestas e emendas, permitindo uma perfeita continuidade da superfície e garantindo uniformidade da peça.
- 5.35. As prateleiras descritas para os ambientes de DML (depósito de material de limpeza) e Salas de Apoio do Auditório deverão ser reforçadas, de forma a suportar a sobrecarga de estoque de materiais e equipamentos.
- 5.36. Deverá ser aplicada, em todas as bordas expostas dos móveis, fita de borda melamínica. Caso haja algum parafuso aparecendo externamente deverão ser usados tapa furo. Todos na mesma cor dos MDFs aplicados.
- 5.37. Em todos os móveis que terão portas de abrir, deverão ser instalados puxadores conforme modelo e acabamento especificado em projeto.
- 5.38. Cabe salientar que, ainda assim, ao término de todos os serviços, fica também ao encargo da CONTRATADA, rigorosa limpeza geral, com remoção total dos detritos por esta produzida, bem como a recuperação de superfícies, cujo acabamento tenha sido afetado durante a execução dos serviços de montagem dos móveis e equipamentos.
- 5.39. Os materiais e serviços fornecidos deverão ter garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e instalação, contados da data de recebimento.

6. REQUISITOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- Rua Cláudio Manoel, 639 - Bairro Savassi

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

cortina e composição.

7.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CORTINAS ROLÔ TELA SOLAR Nº 5

- **Material: Tecido (Tela Solar):**
 - Tipo: Tecido técnico screen (tela solar)
 - Composição: Fibra de poliéster ou fibra de vidro revestida com PVC
 - Fator de abertura: **5% (três por cento)**
 - Bloqueio de raios UV: mínimo de 95%
 - Gramatura mínima: 400 g/m²
 - Espessura mínima: 0,50 mm
 - Cores: Paleta fornecida pela CONTRATADA (prata)
 - Tratamento antichamas com comprovação por laudo técnico ou certificado, com classificação mínima **Classe 1 (NFPA 701)** ou equivalente
 - Dimensões: Conforme Anexo I
- **Sistema de Enrolamento:**
 - Tipo: Rolô vertical, acionamento por corrente contínua
 - Tubo: Alumínio extrudado, com diâmetro compatível com o peso e largura do tecido
 - Contrapeso inferior: Barra em alumínio para tensionamento do tecido
 - Suportes: Metálicos com acabamento anticorrosivo, na cor do tecido
 - Capôs (opcional): Alumínio ou PVC, na cor do tecido
 - Corrente de acionamento: Nylon ou metal, com comprimento compatível à altura da instalação
- **Medidas:**
 - As cortinas deverão ser confeccionadas sob medida, conforme as dimensões de cada ambiente, que serão confirmadas mediante visita técnica as medidas especificadas na planilha, após a contratação. As frestas entre cada pano de cortina deverá coincidir com os montantes das esquadrias de alumínio existentes, de forma a resguardar a mínima insolação direta através das frestas.
- **Instalação:**
 - Inclusa no escopo da contratação
 - Realizada por equipe técnica especializada

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- Todos os insumos, acessórios, buchas, parafusos e suportes são de responsabilidade da contratada
- Limpeza da área após instalação
- **Prazo de entrega e Instalação:**
 - Entrega e instalação: até 30 dias corridos. A contratada deverá realizar **visita técnica obrigatória**, no prazo de até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.
- **Garantia:**
 - Garantia legal de 05 (cinco) anos, a partir da data de recebimento, que cobre defeitos de materiais ou erros de fabricação.
 - Documentação comprovada exigida:
 - Catálogo técnico do produto cotado
 - Declaração do fabricante quanto à composição e fator de abertura do tecido
 - Certificado ou laudo de tratamento antichamas
 - Declaração de garantia
 - Amostra do tecido
 - Declaração de que realizará visita técnica para conferência das medidas.

7.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CORTINAS DE VELUDO MOTORIZADAS

7.6.1. A aquisição visa atender às necessidades de controle acústico, luminosidade e estética do auditório, promovendo melhor aproveitamento do espaço do Salão Multiuso em eventos, palestras e apresentações.

- **Material:**
 - Veludo 100% poliéster ou algodão, com tratamento antichamas (conforme norma ABNT NBR 9442 ou equivalente).
 - Cor: Cinza claro
 - Densidade: Tecido com gramatura mínima de 350g/m².
 - Forro: Blackout ou outro material opaco que garanta bloqueio de luz.
 - Fixação: Trilhos metálicos com sistema de roldanas (motorizado).
 - Dimensões: Conforme Anexo I
 - Acabamento: Bainhas reforçadas, ilhoses ou passadores, costura dupla.

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- **Condições de entrega e Instalação:**

- Até 30 dias após a assinatura do contrato.
- Montagem e fixação por equipe especializada, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.
- Visita técnica obrigatória antes da execução.

- **Garantia:**

- Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e instalação.
- Responsabilidade por danos durante o transporte, entrega ou instalação.
- Fornecimento de manual técnico, certificado de tratamento antichamas e nota fiscal.

8. FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato resultante do processo licitatório serão de responsabilidade do CRCMG que designará um funcionário ou comissão para acompanhar a execução dos serviços contratados, cabendo a este(s) anotar (em) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.2. O CRCMG reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com as especificações fornecidas e exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.
- 8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exime a contratada de responsabilidade por danos causados ao CRCMG ou a terceiros, decorrentes de ato ilícito na execução do contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CRCMG.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações deste MEMORIAL DESCRITIVO.
- 9.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- 9.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo CRCMG, quanto à prestação dos serviços.
- 9.4. Observar rigorosamente as legislações trabalhistas responsabilizando-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre prestação dos serviços.
- 9.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao CRCMG ou a terceiros.
- 9.6. Substituir, de imediato, a qualquer tempo e por determinação do Executor do Contrato, os empregados de sua equipe de trabalho que não atenderem às exigências do contrato e aos padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho de suas funções.
- 9.7. Fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se por qualquer acidente que venha a ocorrer em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 9.8. Comunicar, formal e imediatamente ao CRCMG, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do objeto contratado.

10. OBRIGAÇÕES DO CRCMG

- 10.1. Acompanhar o contrato e avaliar os aspectos técnicos e operacionais para garantir a qualidade dos serviços prestados.
- 10.2. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do fornecimento serviço contratado, desde que os mesmos se apresentem devidamente identificados e uniformizados, respeitados as normas internas (segurança, disciplina) do CRCMG.
- 10.3. Determinar a substituição de imediato e a qualquer tempo dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às exigências do contrato e aos requisitos e padrões de qualidade necessários ao adequado desempenho das suas funções.
- 10.4. Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, na execução dos serviços.
- 10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

11. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- 11.1. Os serviços deverão ser executados por pessoal especializado e habilitado a fim de obter acabamento perfeito, de modo a obedecer às exigências da FISCALIZAÇÃO e as normas técnicas da ABNT relativa à execução de serviços.

- 11.2. Ficará a critério de a Fiscalização impugnar parcial ou totalmente qualquer trabalho em desacordo com as normas de execução da ABNT e ao Projeto.

- 11.3. Os materiais a serem empregados, adiante especificados, deverão satisfazer aos padrões aconselhados pela técnica, dentro do projeto de instalações em questão. Em caso de dúvidas, consultar a FISCALIZAÇÃO.

- 11.4. A ausência, na planilha orçamentária, de quaisquer dos itens especificados neste termo de referência e necessários à execução satisfatória do objeto não exime a CONTRATADA de executá-lo dentro do preço global da proposta, devendo o orçamento da proponente ser elaborado levando-se em consideração que os serviços, objeto da licitação, deverão ser entregues completos, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações, ficando a cargo da proponente a previsão de qualquer serviço ou material necessário, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente.

- 11.5. Todos os quantitativos de projeto devem ser conferidos pela proponente, no ato de elaboração da Proposta de Preços, não cabendo quaisquer solicitações de acréscimo posterior.

- 11.6. Fica estabelecido que, havendo conflitos entre as especificações técnicas e a planilha de materiais, prevalecerão sempre as definições constantes nas especificações.

- 11.7. Todos os materiais especificados são aqueles que atendem à melhor condição técnica para uso no Projeto.

- 11.8. A condição de equivalência técnica para sua substituição somente será aceita pelo pela Fiscalização, em caso de demora de entrega do produto ou sua falta no mercado, não sendo aceita outra argumentação para sua troca.

- 11.9. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento e substituição de equipamentos de proteção individual (EPI'S) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) aos seus funcionários necessários a execução dos serviços.

- 11.10. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA:

- 11.10.1. Seguir todas as normas de segurança e de utilização de equipamentos de proteção. Todos os profissionais que executarão trabalhos em altura (acima de 2m do piso) deverão possuir certificado de treinamento em NR-35 (Trabalho em altura).

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

- 11.10.2. Adotar medidas e providências indispensáveis à minimização dos efeitos adversos dos serviços, tais como sujeira de diversas naturezas, poeira e falta de avisos, principalmente os referentes às condições e/ou situações inseguras.
- 11.10.3. Refazer ou revisar, às suas custas, quaisquer serviços sob sua responsabilidade que venham a ser considerados pelo CRCMG como errados, insuficientes, inadequados, abaixo do padrão ou fora de norma e das orientações do projeto.
- 11.10.4. Refazer serviços, montagens ou obras de escopo das demais disciplinas, como mecânica, elétrica e civil, que forem alterados ou danificados pela montagem elétrica, mantendo os mesmos padrões técnicos, de qualidade e de acabamento.
- 11.10.5. Fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços e que não se encontrem na planilha orçamentária do projeto.
- 11.11. A execução dos serviços objeto deste memorial, bem como os materiais a serem utilizados e seu manuseio, deverão obedecer às Normas, Especificações e Métodos da ABNT em suas edições mais recentes, bem como as normas internas do CRCMG.
- 11.12. A CONTRATADA deverá verificar os projetos fornecidos pelo CRCMG minuciosamente antes de efetuar a programação de suas atividades. Em caso de constatar discrepâncias e/ou desvios de projeto deverá informar imediatamente à FISCALIZAÇÃO do CRCMG para as devidas providências.
- 11.13. A CONTRATADA deverá refazer ou reparar, a suas expensas e nos prazos estipulados pelo CRCMG, todo e qualquer serviço considerado inaceitável, mesmo aquele já registrado em boletim de medição.
- 11.14. A CONTRATADA deverá executar o Controle de Qualidade dos serviços.
- 11.15. A CONTRATADA deverá responder pela supervisão, direção técnica administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora.
- 11.16. É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração do cronograma detalhado da entrega dos materiais, a ser entregue à FISCALIZAÇÃO do CRCMG antes do início das atividades.
- 11.17. O cumprimento das datas serão critérios de aceitação da obra e o descumprimento destes critérios, por motivos de responsabilidade da CONTRATADA poderá gerar multa contratual.

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG

12. INDICAÇÃO DE MARCA, MODELO E PROCEDÊNCIA

- 12.1. A proposta da proponente deverá, obrigatoriamente, indicar marca, modelo e procedência dos equipamentos elétricos, eletrodomésticos e mobiliário pronto, cortinas e materiais empregados.

13. CATÁLOGOS

- 13.1. Deverão ser apresentados catálogos dos fabricantes ou outros documentos com especificações detalhadas dos materiais ofertados, que os identifiquem inequivocamente, demonstrando o pleno e completo entendimento dos requisitos técnicos exigidos no edital.
- 13.2. Documentação comprovando que o produto ofertado possui procedência nacional ou está em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil, devendo o licitante informar o distribuidor autorizado no Brasil.

14. PROPOSTA

- 14.1. A proponente deverá apresentar, em sua proposta comercial, planilha de orçamentária contendo: Valor unitário, valor total, descritivo, marca e modelo dos equipamentos ofertados.

15. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1. A garantia dos materiais, mobiliário e equipamentos fornecidos deverão ser de acordo com o descrito nos itens 5, 6 e 7 deste memorial.

16. CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. A CONTRATADA tratará confidencialmente todos os documentos, dados e informações que lhe forem fornecidos ou mesmo por ela elaborados ou caso tenha acesso, em virtude dos serviços ora contratados. A divulgação e/ou reprodução, parcial ou integral, em qualquer tipo de mídia existente no mercado, de qualquer informação privilegiada, para fim diverso do estipulado neste contrato, somente poderá ser feita mediante prévia autorização, por escrito, do CRCMG.

**MEMORIAL DESCRITIVO
PROJETO DE MOBILIÁRIO DO NOVO PRÉDIO DO CRCMG**

- 16.2. Todas as informações, dados e documentos entregues à CONTRATADA serão aceitos e/ou elaborados em caráter confidencial, não devendo ser divulgados a terceiros em qualquer tempo, exceto se houver autorização expressa por escrito do CRCMG.
- 16.3. A CONTRATADA se obriga a obter de seus empregados, representantes, prepostos ou subcontratados, compromisso idêntico de sigilo, com relação a essas informações, dados e documentos.

Engenheira Thaís Soares Donato
CREAMG Nº 37.706/D

ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

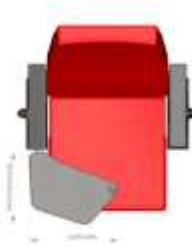

1. OBJETO DO CERTAME

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos destinados ao novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, localizado na Rua Cláudio Manoel, número 617, bairro Savassi, Belo Horizonte – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no projeto executivo e no memorial descritivo.

Relação dos itens a serem fornecidos com as especificações:

LOTE 1 – Mobiliário Corporativo			
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
1	220	<p>POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA: (P)</p> <p>Serão adotadas 205 poltronas destinadas ao espectador destro e 15 poltronas destinadas ao espectador canhoto.</p> <p>As poltronas destinadas aos assentos de canhotos estarão localizadas na primeira fileira imediatamente após a área reservada aos assentos PCD, conforme indicado em projeto.</p> <p>ASSENTO INICIAL, LATERAL E CENTRAL:</p> <p>Encosto Poltrona:</p> <p>O encosto da poltrona é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e capa de acabamento injetada. A espuma é injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³, possui forma anatômica com saliência do apoio lombar. A espuma possui espessura média de 55 mm, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem. O contra interno de madeira compensada possui aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas. O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro. O interno de madeira estrutural é fabricado em compensado com aproximadamente 13,5 mm de espessura moldado com pressão a quente. O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento.</p> <p>A capa de acabamento injetada em polipropileno texturizado é fixada na parte posterior sem a necessidade de parafusos por meio de pinças. Extensão vertical do encosto aproximadamente 675 mm. Largura do encosto aproximadamente 470 mm.</p> <p>Assento Poltrona:</p> <p>O assento da poltrona é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e capa de acabamento injetada.</p>	Plateia do auditório

		<p>A espuma é injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³, possui forma anatômica com saliência do apoio lombar. A espuma possui espessura média de 55 mm, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem. O contra interno de madeira é fabricado em compensado com aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas. O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro. O interno de madeira estrutural é fabricado em compensado com aproximadamente 13,5 mm de espessura moldado com pressão a quente. O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento. A capa de acabamento injetada em polipropileno texturizado é fixada na parte posterior sem a necessidade de parafusos por meio de pinças. Largura do assento aproximadamente 450 mm. Profundidade do assento aproximadamente 455 mm.</p> <p>Sistema de rebatimento Sincron (assento e encosto):</p> <p>Poltrona com rebatimento do assento e encosto por gravidade (Sincron). Sem usuário o assento rebate na direção do encosto através de dois contrapesos de aço de 1" de diâmetro localizados sob a espuma do assento, o encosto simultaneamente reclina na direção do assento, otimizando assim o espaço entre fileiras. Esse sistema é composto por cantoneira de aço fixada por meio de parafusos na parte interna do assento que possui alojamento para 3 pinos guias que servem de apoio para o giro das hastes de aço SAE1006, essas possuem aproximadamente 200 mm de comprimento, 25 mm de largura e 4,5 mm de espessura. Na parte lateral do assento é fixada por meio de encaixe uma tampa de acabamento injetada em resina termoplástica Lateral revestida.</p> <p>A lateral da poltrona é composta por estrutura metálica, tampos de fechamento das laterais revestidos e apoia braço. A estrutura metálica utiliza, em seu perímetro, chapa de aço estampada de espessura de 2,65 mm com 65 mm de largura. Na parte superior e inferior chapa de aço estampada com 3,35 mm de espessura em forma "U". Chapa de aço de 4,5 mm de espessura localizada na parte central onde fixa-se a guia do assento e encosto. Parte inferior da lateral (pé) constituído por tubo de aço oblongo de 30x90 mm com espessura de 2 mm Sapata em chapa de aço estampada de 2 mm de espessura. Conjunto da estrutura metálica soldada através de sistema MIG de soldagem e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento). Tampos de fechamento das laterais em compensados de madeira fixados através de pinos plásticos de encaixe rápido. Laterais totalmente tapeçadas no revestimento requisitado.</p> <p>Parte superior da lateral dotada de apoia-braço.</p> <p>Apoia-braço PU e prancheta lado direito:</p>	
--	--	---	--


		<p>Apoia-braço com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin texturizado, com 335 mm de comprimento e 65 mm de largura. Prancheta Escamoteável com sistema anti-pânico, injetada em ABS texturizado estrutural em formato trapezoidal. Buchas metálicas auto-expansíveis para fixação no suporte de giro. Suporte de giro injetado em liga de alumínio. Estrutura metálica fabricada em chapa de aço SAE 1006 com espessura de 3 mm soldada através de sistema MIG a um eixo de giro com diâmetro de 14 mm. Sistema de fechamento da prancheta auxiliado por sistema de mola e por gravidade. Quando fechada, esta prancheta fica embutida nas laterais das poltronas. Dimensões da prancheta: Largura de 320 mm e Profundidade de 210 mm. Largura real da prancheta dimensionando pelas bordas paralelas 200mm.</p> <p>Porta Revista:</p> <p>Porta revista injetado em resina termoplástica para poltrona auditório fixado através de 4 parafusos de 4,2 x 25 mm de cabeça chata Phillips internamente a capa do encosto. Possui largura total de 395 mm, altura total de 165 mm, profundidade total de 30 mm e espessura de 4 mm. Medidas internas: Largura (380mm) x altura/profundidade (160mm - podendo ultrapassar para cima) x espessura interna (25mm). O porta revista possui 7 furos oblongos na parte superior e 7 furos oblongos na parte inferior para conceber design e acabamento ao componente.</p> <p>Referência Poltrona Flexform Eventum:</p>  <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p>  <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p> <p>ASSENTO COM LATERAL E CENTRAL:</p> <p>Encosto Poltrona:</p> <p>O encosto da poltrona é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e capa de acabamento injetada. A espuma é injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta</p>	
--	--	---	--

		<p>resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³, possui forma anatômica com saliência do apoio lombar. A espuma possui espessura média de 55 mm, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem. O contra interno de madeira compensada possui aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas. O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro. O interno de madeira estrutural é fabricado em compensado com aproximadamente 13,5 mm de espessura moldado com pressão a quente. O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento. A capa de acabamento injetada em polipropileno texturizado é fixada na parte posterior sem a necessidade de parafusos por meio de pinças. Extensão vertical do encosto aproximadamente 675 mm. Largura do encosto aproximadamente 470 mm.</p> <p>Assento Poltrona:</p> <p>O assento da poltrona é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e capa de acabamento injetada. A espuma é injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³, possui forma anatômica com saliência do apoio lombar. A espuma possui espessura média de 55 mm, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem. O contra interno de madeira é fabricado em compensado com aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas. O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro. O interno de madeira estrutural é fabricado em compensado com aproximadamente 13,5 mm de espessura moldado com pressão a quente. O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento. A capa de acabamento injetada em polipropileno texturizado é fixada na parte posterior sem a necessidade de parafusos por meio de pinças. Largura do assento aproximadamente 450 mm. Profundidade do assento aproximadamente 455 mm.</p> <p>Sistema de rebatimento Sincron (assento e encosto) 2 Poltrona com rebatimento do assento e encosto por gravidade (Sincron). Sem usuário o assento rebate na direção do encosto através de dois contrapesos de aço de 1" de diâmetro localizados sob a espuma do assento, o encosto simultaneamente reclina na direção do assento, otimizando assim o espaço entre fileiras. Esse sistema é composto por cantoneira de aço fixada por meio de parafusos na parte interna do assento que possui alojamento para 3 pinos guias que servem de apoio para o giro das hastes de aço SAE1006, essas possuem aproximadamente 200 mm de comprimento, 25 mm de largura e 4,5</p>	
--	--	---	--

		<p>mm de espessura. Na parte lateral do assento é fixada por meio de encaixe uma tampa de acabamento injetada em resina termoplástica.</p> <p>Lateral revestida:</p> <p>A lateral da poltrona é composta por estrutura metálica, tampos de fechamento das laterais revestidos e apoia braço. A estrutura metálica utiliza, em seu perímetro, chapa de aço estampada de espessura de 2,65 mm com 65 mm de largura. Na parte superior e inferior chapa de aço estampada com 3,35 mm de espessura em forma "U". Chapa de aço de 4,5 mm de espessura localizada na parte central onde fixa-se a guia do assento e encosto. Parte inferior da lateral (pé) constituído por tubo de aço oblongo de 30x90 mm com espessura de 2 mm. Sapata em chapa de aço estampada de 2 mm de espessura. Conjunto da estrutura metálica soldada através de sistema MIG de soldagem e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento). Tampos de fechamento das laterais em compensados de madeira fixados através de pinos plásticos de encaixe rápido. Laterais totalmente tapeçadas no revestimento requisitado. Parte superior da lateral dotada de apoia-braço.</p> <p>Apoia-braço PU e prancheta lado direito:</p> <p>Apoia-braço Apoia-braço com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin texturizado, com 335 mm de comprimento e 65 mm de largura. Prancheta Escamoteável com sistema anti-pânico, injetada em ABS texturizado estrutural em formato trapezoidal. Buchas metálicas auto-expansíveis para fixação no suporte de giro. Suporte de giro injetado em liga de alumínio. Estrutura metálica fabricada em chapa de aço SAE 1006 com espessura de 3 mm soldada através de sistema MIG a um eixo de giro com diâmetro de 14 mm. Sistema de fechamento da prancheta auxiliado por sistema de mola e por gravidade. Quando fechada, esta prancheta fica embutida nas laterais das poltronas. Dimensões da prancheta: Largura de 320 mm e Profundidade de 210 mm. Largura real da prancheta dimensionando pelas bordas paralelas 200mm.</p> <p>Porta Revista:</p> <p>Porta revista injetado em resina termoplástica para poltrona auditório fixado através de 4 parafusos de 4,2 x 25 mm de cabeça chata Phillips internamente a capa do encosto. Possui largura total de 395 mm, altura total de 165 mm, profundidade total de 30 mm e espessura de 4 mm.</p> <p>Medidas internas: Largura (380mm) x altura/profundidade (160mm - podendo ultrapassar para cima) x espessura interna (25mm). O porta revista possui 7 furos oblongos na parte superior e 7 furos oblongos na parte inferior para conceber design e acabamento ao componente.</p> <p>Referência Poltrona Flexform Eventum:</p>	
--	--	---	--

		 <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p>  <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p> <p>ASSENTO COM LATERAL FINAL:</p> <p>Lateral revestida</p> <p>A lateral da poltrona é composta por estrutura metálica , tampos de fechamento das laterais revestidos e apoia braço. A estrutura metálica utiliza, em seu perímetro, chapa de aço estampada de espessura de 2,65 mm com 65 mm de largura. Na parte superior e inferior chapa de aço estampada com 3,35 mm de espessura em forma "U". Chapa de aço de 4,5 mm de espessura localizada na parte central onde fixa-se a guia do assento e encosto. Parte inferior da lateral (pé) constituído por tubo de aço oblongo de 30x90 mm com espessura de 2 mm. Sapata em chapa de aço estampada de 2 mm de espessura. Conjunto da estrutura metálica soldada através de sistema MIG de soldagem e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento). Tampos de fechamento das laterais em compensados de madeira fixados através de pinos plásticos de encaixe rápido. Laterais totalmente</p>	
--	--	--	--

		<p>tapeçadas no revestimento requisitado. Parte superior da lateral dotada de apoia-braço.</p> <p>Apoia-braço PU e prancheta lado esquerdo:</p> <p>Apoia-braço com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin texturizado, com 335 mm de comprimento e 65 mm de largura. Prancheta Escamoteável com sistema anti-pânico, injetada em ABS texturizado estrutural em formato trapezoidal. Buchas metálicas auto-expansíveis para fixação no suporte de giro. Suporte de giro injetado em liga de alumínio.</p> <p>Estrutura metálica fabricada em chapa de aço SAE 1006 com espessura de 3 mm soldada através de sistema MIG a um eixo de giro com diâmetro de 14 mm. Sistema de fechamento da prancheta auxiliado por sistema de mola e por gravidade. Quando fechada, esta prancheta fica embutida nas laterais das poltronas. Dimensões da prancheta: Largura de 320 mm e Profundidade de 210 mm. Largura real da prancheta dimensionando pelas bordas paralelas 200mm.</p> <p>Porta Revista:</p> <p>Porta revista injetado em resina termoplástica para poltrona auditório fixado através de 4 parafusos de 4,2 x 25 mm de cabeça chata Phillips internamente a capa do encosto. Possui largura total de 395 mm, altura total de 165 mm, profundidade total de 30 mm e espessura de 4 mm.</p> <p>Medidas internas: Largura (380mm) x altura/profundidade (160mm - podendo ultrapassar para cima) x espessura interna (25mm).</p> <p>O porta revista possui 7 furos oblongos na parte superior e 7 furos oblongos na parte inferior para conceber design e acabamento ao componente.</p> <p>Referência Poltrona Flexform Eventum:</p> 	
--	--	---	--



		<p>Poliéster Crepe Ferrugem</p> <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p> 	
2	02	<p>POLTRONA PARA AUDITÓRIO PARA OBESO, COM PRANCHETA: (PO)</p> <p>Encosto:</p> <p>O encosto da poltrona Obeso é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e acabamento em revestimento.</p> <p>Sua estrutura é composta por espuma injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³, possui forma anatômica com saliência do apoio lombar.</p> <p>A espuma possui espessura média de 55 mm, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem.</p> <p>O contra interno de madeira compensada possui aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas.</p> <p>O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro.</p> <p>O interno de madeira estrutural compensada possui aproximadamente 13,5 mm de espessura e mínimo de 9 lâminas, moldada com pressão a quente.</p> <p>O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento.</p> <p>A parte traseira do encosto é tapeçada com revestimento composto por polímeros à base de PVC na cor preta.</p> <p>Assento:</p> <p>O assento da poltrona Obeso é composto por revestimento, espuma, contra interno, interno de madeira estrutural e acabamento revestido.</p> <p>Sua estrutura é composta por espuma injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, de alta resiliência com valor mínimo de 50% (NBR 8619/15), com alta resistência ao rasgamento (aproximadamente 500 N/m (NBR 8516/2015)), alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³.</p> <p>A espuma possui espessura média de 60 mm respectivamente, a mesma é fixada ao contra interno por processo de colagem.</p> <p>O contra interno de madeira compensada possui aproximadamente 7,5 mm de espessura, possui em sua face posterior área revestida com velcro e alojamento para engate de grapas.</p>	Plateia do Auditório

		<p>O conjunto revestimento/espuma/contra interno é fixado no interno de madeira estrutural por meio do engate de grapas de aço (sistema macho e fêmea) e aderência do velcro.</p> <p>O interno de madeira estrutural compensada possui aproximadamente 16,5 mm de espessura moldada com pressão a quente.</p> <p>O sistema rápido de fixação do conjunto espuma/revestimento/contra interno é realizado sem a necessidade de ferramentas, facilitando futuras trocas, caso haja danos ao revestimento. Na parte inferior do assento, o acabamento é feito por meio de revestimento composto por polímeros à base de PVC na cor preta. Estrutura de fixação do assento em aço de tubo retangular de 30 x 60 mm com espessura de 2 mm soldados através de solda MIG.</p> <p>Assento sem rebatimento.</p> <p>Lateral revestida:</p> <p>A lateral da poltrona é composta por estrutura metálica , tampos de fechamento das laterais revestidos e apoia braço.</p> <p>A estrutura metálica utiliza, em seu perímetro, chapa de aço estampada de espessura de 2,65 mm com 65 mm de largura. Na parte superior e inferior chapa de aço estampada com 3,35 mm de espessura em forma "U". Chapa de aço de 4,5 mm de espessura localizada na parte central onde fixa-se a guia do assento e encosto.</p> <p>Parte inferior da lateral (pé) constituído por tubo de aço oblongo de 30x90 mm com espessura de 2 mm. Sapata em chapa de aço estampada de 2 mm de espessura.</p> <p>Conjunto da estrutura metálica soldada através de sistema MIG de soldagem e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento).</p> <p>Tampos de fechamento das laterais em compensados de madeira fixados através de pinos plásticos de encaixe rápido.</p> <p>Laterais totalmente tapeçadas no revestimento requisitado. Parte superior da lateral dotada de apoia-braço.</p> <p>Apoia-braço PU e prancheta lado direito:</p> <p>Apoia-braço com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin texturizado, com 335 mm de comprimento e 65 mm de largura.</p> <p>Prancheta Escamoteável com sistema anti-pânico, injetada em ABS texturizado estrutural em formato trapezoidal. Buchas metálicas auto-expansíveis para fixação no suporte de giro. Suporte de giro injetado em liga de alumínio.</p> <p>Estrutura metálica fabricada em chapa de aço SAE 1006 com espessura de 3 mm soldada através de sistema MIG a um eixo de giro com diâmetro de 14 mm.</p> <p>Sistema de fechamento da prancheta auxiliado por sistema de mola e por gravidade. Quando fechada, esta prancheta fica embutida nas laterais das poltronas. Dimensões da prancheta: Largura de 320 mm e Profundidade de 210 mm.</p>	
--	--	---	--

		<p>Largura real da prancheta dimensionando pelas bordas paralelas 200mm.</p> <p>Referência Poltrona Flexform Eventum:</p>  <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p>  <p>Poliéster Crepe Ferrugem</p>	
3	07	<p>POLTRONA COM RODÍZIOS COM CONTROLE DE ALTURA, ENCOSTO E APOIO LOMBAR (P2)</p> <p>Encosto:</p> <p>Encosto em tela, projetado para otimizar a troca de calor e melhorar a perspiração, é composto por três partes: quadro, suporte e apoio lombar. O quadro do encosto, com desenho em forma de uma moldura levemente retangular, é injetado em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, e neste quadro a tela é fixada através de grampos. O quadro possui largura de 40 mm nas bordas laterais e inferior, 30 mm na borda superior e espessura de 10 mm. O suporte do encosto é fabricado como uma peça única, injetado em resina de engenharia, e apresenta uma coluna central com largura entre 45 e 55 mm aproximadamente.</p> <p>A fixação ao quadro do encosto é realizada por meio de quatro pontos localizados nas extremidades, por meio de 4 parafusos não aparentes.</p> <p>A fixação do encosto ao mecanismo é realizada por uma chapa de aço estampada com 6 mm de espessura e 90 mm de largura, localizada na parte inferior do quadro. Esta chapa é fixada ao suporte do encosto por 3 parafusos e ao mecanismo também por 3 parafusos. O apoio lombar é injetado em resina de engenharia termoplástica e conta com regulagem de altura em 26 pontos de parada. Possui 285</p>	<p>Sala de Apoio do auditório, Sala de apoio do plenário e Recepção</p>

		<p>mm de largura e 110 mm de altura. As dimensões gerais do encosto são: 455 mm de largura e 530 mm de extensão vertical.</p> <p>Assento:</p> <p>Assento Revestido, Interno em compensado anatômico multilaminado moldado a quente. Espuma injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m³ em forma anatômica com espessura média de 50 mm (espessura da borda 45 mm e espessura do centro 55 mm). Assento possui regulagem de profundidade com curso de no mínimo 50 mm. Acionamento através de botão oblongo, com dimensão de 43,5x13,0 mm, localizado na lateral direita do assento. O movimento de regulagem de profundidade é sustentado por duas guias injetadas em poliamida (PA), sendo uma delas dentada como cremalheira com a função de travamento em 4 posições, possui sistema de retorno do assento à posição posterior através de molas de tração individuais para cada guia.</p> <p>A capa de proteção injetada em polipropileno sob o assento possui dupla função, uma como acabamento e proteção inferior com bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, e outra como estrutura para o sistema de regulagem de profundidade. Esta capa é fixada por meio de pinças que dispensam o uso de parafusos.</p> <p>A fixação do assento ao mecanismo dar-se-á por parafusos M6 x 25 mm com classe de resistência 10.9 com cabeça modelo panela e sextavado interno (este parafuso possui em sua parte inferior sistema de auto travamento dotado de arestas com geometria contra o movimento de soltura). Em conjunto com estes fixadores, utiliza-se porca M6 auto-travante (tipo Parlock - sistema de travamento automático onde um anel de nylon de formato especial é inserido na parte superior do corpo da porca, garantindo melhor fixação). Profundidade de 470 mm e largura de 465 mm.</p> <p>Mecanismo sincronizado (Corpo em chapa de aço) 1 Mecanismo com corpo fabricado em chapa de aço estampada, placa de fixação do mecanismo ao assento produzida em chapa de aço estampada. O mecanismo possui comandos extremamente fáceis que permitem que as regulagens sejam acessadas sem a necessidade do usuário levantar-se da poltrona. Possui alavanca sob o assento a direita do usuário para regulagem de altura, a alavanca posicionada a esquerda do assento desbloqueia o movimento de inclinação sincronizado entre encosto e assento, este movimento permite que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção, pois o deslocamento do encosto e assento é realizado na proporção 2:1 respectivamente. Ambas as alavancas fabricadas em resina de engenharia.</p> <p>A regulagem de inclinação do encosto proporciona no mínimo 4 pontos de parada. Dotado de sistema de livre flutuação sendo a regulagem da tensão do movimento de reclinção realizada através de um manípulo localizado sob o assento possibilitando adequar o movimento relax ao biótipo do usuário e sistema anti-impacto que impede o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo.</p> <p>Na parte inferior do mecanismo, deve ser montada uma capa de acabamento fabricada em resina termoplástica, para impedir que o usuário tenha acesso à parte interna do mecanismo. Acabamento em pintura eletrostática realizado por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com propriedades de resistência a agentes químicos, com prétratamento antiferruginoso.</p>	
--	--	--	--

		<p>O sistema de acoplamento da coluna central dá-se através de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Coluna giratória com regulagem de altura</p> <p>Coluna giratória com regulagem de altura por acionamento a gás com 100 mm de curso aproximado, fabricada em tubo de aço de 50 mm e 1,50 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática, revestindo com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso, que garante grande resistência mecânica e excelente acabamento. Bucha guia para o pistão injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente com precisão de 0,03 mm. Com comprimento de 70 mm proporciona guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN EN 16955 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida. O movimento de rotação da coluna é sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação. Seu sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e a base dá-se através de cone morse, o que confere facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Base injetada em material termoplástico</p> <p>Base piramidal com 5 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia poliamida (nylon 6) com aproximadamente 30% de fibra de vidro na cor preta e características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos.</p> <p>O cone possui um anel metálico que é inserido no molde no momento da injeção, conferindo maior resistência mecânica. Este anel é fabricado em aço com diâmetro externo de 56,8mm e espessura de 3mm com acabamento zincado.</p> <p>Com 5 (cinco) hastes e alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Possui sistema preciso de acoplamento a coluna central através de cone morse, o que confere facilidade para montagem em casos eventuais de manutenção.</p> <p>Rodízio tipo W com 55 mm de diâmetro</p> <p>Rodízio duplo, com rodas de 55 mm de diâmetro injetadas em resina de engenharia, eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm e eixo horizontal também em aço trefilado 1010/1020. Estrutura do rodízio (cavaletes) injetados em resina de engenharia. O eixo vertical é dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base. Este rodízio possui banda de rodagem mórbida macia, que pode ser utilizado em qualquer tipo de piso.</p> <p>Apoia braço</p> <p>Apoia braço 2D com parte superior injetada em poliuretano integral skyn e corpo injetado em resina termoplástica. Sistema com regulagem de altura em 6 posições acionado por meio de botão frontal localizado no corpo estrutural. Regulagem de profundidade com 14 posições. Possui regulagem de altura com curso de 70 mm. Apoia braço fixado no assento da cadeira.</p>	
--	--	---	--


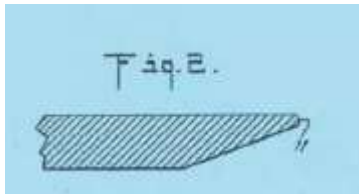
		<p>Possui 225 mm de comprimento e 85 mm de largura.</p> <p>Referência Poltrona Flexform Volare:</p>   <p>Encosto em Tela Air Preta e Assento Revestido em Poliéster Crepe Preto.</p>	
4	09	<p>POLTRONAS DA MESA DIRETORA (P1)</p> <p>Concha</p> <p>Cadeira em concha única com superfície revestida em tela, projetada para otimizar a troca de calor e melhorar a perspiração. O encosto e assento possuem em seu contorno a forma de uma moldura, levemente arredondada. A concha é injetada em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, a superfície é revestida em tela e em seu contorno é costurado um perfil plástico que é responsável pela fixação ao quadro da concha. O quadro possui bordas laterais com largura de 30 mm em média e com aproximadamente 15 mm de espessura. As dimensões gerais do encosto são: 465 mm de largura e 565 mm de altura. As dimensões gerais do assento são: 490 mm de largura e 450 mm de profundidade. A regulagem de altura do assento acontece por meio de alavanca na parte inferior posicionada a direita do usuário.</p> <p>Apoia braço fixo</p> <p>Apoia braço fixo injetado em polipropileno fixado na concha por meio de 3 parafusos cabeça panela.</p>	Palco do auditório

		<p>Dimensões do apoio braço: Menor largura 80 mm, maior largura 95 mm e comprimento de 260 mm.</p> <p>Mecanismo com regulagem de altura</p> <p>Mecanismo totalmente injetado, fabricado em poliamida 6 com fibra de vidro, possui anel de aço sobre injetado junto ao cone morse com conicidade de 1°26'16". Padrão de furação 160 x 200 mm com a função de fixar o assento através de 04 parafusos cabeça panela sextavado 6 x 15 mm.</p> <p>Alavanca de regulagem de altura fabricada por processo de injeção em resina de engenharia.</p> <p>O sistema de acoplamento da coluna central dá-se através de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Mecanismo giratório com regulagem de altura.</p> <p>Acabamento texturizado.</p> <p>Coluna</p> <p>Coluna giratória com regulagem de altura por acionamento a gás com 125 mm de curso aproximado, fabricada em tubo de aço de 50 mm e 1,50 mm de espessura.</p> <p>Acabamento em pintura eletrostática, revestindo com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso, que garante grande resistência mecânica e excelente acabamento.</p> <p>Bucha guia para o pistão injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente com precisão de 0,03 mm. Com comprimento de 70 mm proporciona guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade.</p> <p>Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN EN 16955 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida.</p> <p>O movimento de rotação da coluna é sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação.</p> <p>Seu sistema precisa de acoplamento ao mecanismo e a base dá-se através de cone morse, o que confere facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Base</p> <p>Base piramidal com 5 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia poliamida (nylon 6) com aproximadamente 30% de fibra de vidro na cor preta e características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos.</p> <p>O cone possui um anel metálico que é inserido no molde no momento da injeção, conferindo maior resistência mecânica. Este anel é fabricado em aço com diâmetro externo de 56,8mm e espessura de 3 mm com acabamento zincado.</p> <p>Com 5 (cinco) hastes e alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação.</p> <p>Possui sistema preciso de acoplamento a coluna central através de cone morse, o que confere facilidade para montagem em casos eventuais de manutenção.</p> <p>Deslizadores em Nylon</p>	
--	--	--	--

		<p>Referência Poltrona Flexform Level:</p>  	
--	--	---	--

LOTE 2 – Móveis Industrializados			
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
5	06	<p>POLTRONA DE CONVERSAÇÃO SWAN: (P3)</p> <p>Poltrona com braços, fabricada com design fiel ao original, de forma artesanal, com estrutura em aço inoxidável, sustentando a concha moldada em material sintético, como fibra de vidro revestida em couro natural, cor conhaque.</p> <p>Assento estofado em espuma com revestimento especial para alta solicitação, pé fixo com base giratória em aço inoxidável, garantindo alta resistência.</p> <p>Garantia 5 anos.</p> <p>Dimensões de referência:</p> <p>Largura: 72cm Altura: 85cm Profundidade: 66cm</p> <p>Referência Poltrona Swan cor conhaque</p>	Palco do auditório

			
6	03	<p>MESA LATERAL EM MÁRMORE PRETO:(M1)</p> <p>A base da mesa lembra ao caule de uma tulipa, posicionado bem ao centro para sustentar o tampo, com base inteiriça em alumínio fundido, com acabamento com pintura automotiva na cor preto.</p> <p>Tanto o pé (base) como a parte em que se apoia o tampo, acompanha o formato do tampo.</p> <p>Tampo em mármore Nero Portoro, com acabamento de borda Saarinen.</p> <p>Dimensões: Altura: 51 cm Largura: 51 cm Profundidade 51 cm</p>  <p>Referência Mármore Nero Portoro</p>	Palco do Auditório

		 <p>Acabamento de bordas Saarinen:</p> 	
--	--	---	--

LOTE 3 – Marcenaria sob medida			
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
7	01	<p>ARMÁRIO BAIXO: (A1)</p> <p>Mobiliário composto por 8 portas de armário e 04(quatro) gavetas, que compõem o apoio posterior na recepção, totalizando a medida de 330x40cm, altura 85cm, em marcenaria confeccionada em MDF amadeirado Freijó, em tom similar ao aplicado nos painéis acústicos das paredes, para acomodar equipamentos e materiais, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p> <p>Todas as gavetas deverão ser providas de fechadura de embutir, cromadas 22mm com parafusos e 02 chaves de cada gaveta, que deverão ter segredos de abertura diferentes, para cada gaveta.</p> <p>Deverá ser prevista estruturação interna do móvel.</p>	Recepção
8	01	<p>ARMÁRIO BAIXO: (A2)</p> <p>Mobiliário composto por 2(duas) gavetas e 01(hum) gavetão, que compõem o apoio da cozinha do térreo da Nova Sede, totalizando a medida de 91x65cm, altura 69cm, em marcenaria confeccionada em MDF, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p> <p>Incluso Organizador de Gaveta com porta talheres para gaveta em material plástico, cor antracite nas duas gavetas superiores, de menor dimensão.</p> <p>Corrediças telescópicas Bloom, abertura total 500mm, com amortecedor e dobradiças Bloom com amortecedor.</p> <p>Puxadores Italy Line embutidos Celleno IL1620 cor Grey.</p>	Cozinha do pavimento térreo
9	01	<p>ARMÁRIO BAIXO: (A3)</p> <p>Mobiliário em “L”, composto por 07(sete) portas de armário, sendo 06 portas, com uma divisória interna em cada e 01(uma) porta de giro ripada de 5cm, com réguas vazadas, para acomodar o botijão de gás 13 kg, os quais compõem o apoio da cozinha do térreo da Nova Sede.</p>	Cozinha do pavimento térreo


		<p>Totaliza a medida de 251x65cm e 120x65cm, altura 69cm, apoiados no sóculo existente, confeccionados em MDF, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p> <p>Dobradiças Bloom com amortecedor.</p> <p>Puxadores Italy Line embutidos Celleno IL1620 cor Grey.</p> <p>Observação: Todos os armários deverão ter fundo em MDF 15mm, mesmo acabamento externo, exceto armário inferior A3 (sem fundo) – parede hidráulica de fundo.</p>	
10	01	<p>ARMÁRIO BAIXO: (A4)</p> <p>Mobiliário composto por 06(seis) portas de armário, com uma divisória interna em cada, que compõem o apoio da cozinha do térreo da Nova Sede, totalizando a medida de 2901x65cm, altura 69cm, em marcenaria confeccionada em MDF, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p> <p>Dobradiças Bloom com amortecedor.</p> <p>Puxadores Italy Line embutidos Celleno IL1620 cor Grey.</p>	Cozinha do pavimento térreo
11	01	<p>ARMÁRIO ALTO: (A5)</p> <p>Mobiliário composto por 03(três) portas de armário, com a finalidade de ocultar as tubulações existentes no local, além de acomodar sistema de filtragem da água de reuso, que compõe a cozinha do térreo da Nova Sede, totalizando a medida de 160x65cm, altura 335cm, em marcenaria confeccionada em MDF, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p>	Cozinha do pavimento térreo
12	01	<p>ARMÁRIO ALTO: (A6)</p> <p>Mobiliário composto por 05 (cinco) prateleiras, que compõe a Sala de Apoio do Auditório da Nova Sede, totalizando a medida de 132x60cm, altura 260cm.</p> <p>Marcenaria em MDF melanínico preto - Duratex, interno e externamente, com puxadores Italy Line Zigrinato 1581 acabamento escovado, dobradiças Bloom linha CLIP top BLUMOTION, com amortecimento integrado, dimensões conforme projeto.</p> <p>As prateleiras deverão ser reforçadas para apoiar equipamentos.</p> <p>Portas providas de fechadura de embutir, cromadas 22mm, com parafusos e 02 chaves cada.</p>	Sala de Apoio do Auditório
13	01	<p>ARMÁRIO BAIXO: (A8)</p> <p>Mobiliário composto por 02(duas) portas de armário, sendo portas com uma divisória interna, que compõem o Depósito de Material de Limpeza do 2º pavimento da Nova Sede, medida de 82,5x59cm, altura 69cm.</p> <p>Marcenaria confeccionada em MDF Ônix Silk - Guararapes externamente, interior MDF branco TX, com puxadores Italy Line Zigrinato 1581 acabamento escovado, dobradiças Bloom linha CLIP top BLUMOTION, com amortecimento integrado, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p>	DML do 2º pavimento

14	01	<p>ARMÁRIO ALTO: (A9)</p> <p>Mobiliário composto por 03(três) portas de armário, sendo portas com 04(três) prateleiras internas, que compõem o Depósito de Material de Limpeza do 2º pavimento da Nova Sede, medida de 149x50cm, altura 220cm.</p> <p>Marcenaria confeccionada em MDF Ônix Silk - Guararapes externamente, interior MDF branco TX, com puxadores Italy Line Zigrinato 1581 acabamento escovado, dobradiças Bloom linha CLIP top BLUMOTION, com amortecimento integrado, com dimensões e acabamentos conforme projeto.</p> <p>Portas providas de fechadura de embutir, cromadas 22mm, com parafusos e 02 chaves cada.</p> <p>As prateleiras deverão ser reforçadas.</p>	DML do 2º pavimento
----	----	---	---------------------

LOTE 4 – Cortinas			
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
15	01	<p>CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C01</p> <p>Fornecimento e instalação de cortina rolô, na cozinha do 2º pavimento da Nova Sede do CRCMG, com dimensões C01 (180cm x altura de 340cm); compatíveis para o seu acionamento manual e espaçamento entre as peças coincidentes com os montantes das esquadria de vidro.</p> <p>Cortina Rolô em tela solar fator 5%, que permite que cerca de 5% da luz solar passe, proporcionando uma iluminação mais suave e protegendo o ambiente de excesso de calor e raios UV.</p> <p>Composição do tecido 30% poliéster e 70% PVC; Bloqueio ultravioleta UV: 94%; Resistência ao desbotamento: 100%. Não Tóxico, Antichamas, Antibactérias, Lavável. Composição do Tubo Enrolador: Diâmetro aproximado de 50mm em Alumínio. Corrente em PVC. Composição da base inferior: Barra Met Slin (fina e pesada), Tipo retangular em Alumínio 3 cm x 10,3 mm, espessura de 2mm. Pintura eletrostática (fixada na parte inferior do rolo). Qualidade de corte do tecido: Cortado com faca aquecida a 200° C para cauterização do corte evitando desfiação. Obedecendo a norma ABNT NBR 16234:2014 - Cortinas tipo Rolô. Quanto a limpeza: A poeira pode ser removida com aspirador de pó, tecido pode ser limpo com detergente neutro e água ou lavável por um especialista.</p> <p>Referência: Cortina rolô Luxaflex – Hunter Douglas, cor prata</p>	Hall de circulação do 2º pavimento
16	01	<p>CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C02</p> <p>Fornecimento e instalação de cortina rolô no cortineiro do hall de circulação do 2º pavimento da Nova Sede do CRCMG, com dimensões C02 (184cm x altura de 340cm); compatíveis para o seu acionamento manual e espaçamento entre as peças coincidentes com os montantes das esquadria de vidro.</p>	

		<p>Cortina Rolô em tela solar fator 5%, que permite que cerca de 5% da luz solar passe, proporcionando uma iluminação mais suave e protegendo o ambiente de excesso de calor e raios UV. Composição do tecido 30% poliéster e 70% PVC; Bloqueio ultravioleta UV: 94%; Resistência ao desbotamento: 100%. Não Tóxico, Antichamas, Antibactérias, Lavável. Composição do Tubo Enrolador: Diâmetro aproximado de 50mm em Alumínio. Corrente em PVC. Composição da base inferior: Barra Met Slin (fina e pesada), Tipo retangular em Alumínio 3 cm x 10,3 mm, espessura de 2mm. Pintura eletrostática (fixada na parte inferior do rolo). Qualidade de corte do tecido: Cortado com faca aquecida a 200° C para cauterização do corte evitando desfiamento. Obedecendo a norma ABNT NBR 16234:2014 - Cortinas tipo Rolô. Quanto a limpeza: A poeira pode ser removida com aspirador de pó, tecido pode ser limpo com detergente neutro e água ou lavável por um especialista.</p> <p>Referência: Cortina rolô Luxaflex – Hunter Douglas, cor prata</p>	
17	01	<p>CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C03</p> <p>Fornecimento e instalação de cortina rolô no cortineiro do hall de circulação do 2° pavimento da Nova Sede do CRCMG, com dimensões C03 (225cm x altura de 340cm); compatíveis para o seu acionamento manual e espaçamento entre as peças coincidentes com os montantes das esquadria de vidro.</p> <p>Cortina Rolô em tela solar fator 5%, que permite que cerca de 5% da luz solar passe, proporcionando uma iluminação mais suave e protegendo o ambiente de excesso de calor e raios UV. Composição do tecido 30% poliéster e 70% PVC; Bloqueio ultravioleta UV: 94%; Resistência ao desbotamento: 100%. Não Tóxico, Antichamas, Antibactérias, Lavável. Composição do Tubo Enrolador: Diâmetro aproximado de 50mm em Alumínio. Corrente em PVC. Composição da base inferior: Barra Met Slin (fina e pesada), Tipo retangular em Alumínio 3 cm x 10,3 mm, espessura de 2mm. Pintura eletrostática (fixada na parte inferior do rolo). Qualidade de corte do tecido: Cortado com faca aquecida a 200° C para cauterização do corte evitando desfiamento. Obedecendo a norma ABNT NBR 16234:2014 - Cortinas tipo Rolô. Quanto a limpeza: A poeira pode ser removida com aspirador de pó, tecido pode ser limpo com detergente neutro e água ou lavável por um especialista.</p> <p>Referência: Cortina rolô Luxaflex – Hunter Douglas, cor prata</p>	
18	01	<p>CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C04</p> <p>Fornecimento e instalação de cortina rolô no cortineiro do hall de circulação do 2° pavimento da Nova Sede do CRCMG, com dimensões C04 (280cm x altura de 340cm); compatíveis para o seu acionamento manual e espaçamento entre as peças coincidentes com os montantes das esquadria de vidro.</p> <p>Cortina Rolô em tela solar fator 5%, que permite que cerca de 5% da luz solar passe, proporcionando uma iluminação mais suave e protegendo o ambiente de excesso de calor e raios UV. Composição do tecido 30% poliéster e 70% PVC; Bloqueio ultravioleta UV: 94%; Resistência ao desbotamento: 100%. Não Tóxico, Antichamas, Antibactérias, Lavável. Composição do Tubo Enrolador: Diâmetro aproximado de 50mm em Alumínio. Corrente em PVC. Composição da base inferior: Barra Met Slin (fina e pesada), Tipo retangular em Alumínio 3 cm x 10,3 mm, espessura de 2mm. Pintura eletrostática (fixada na parte inferior do rolo). Qualidade de</p>	

Salão Multiuso - 2º
pavimento


		 <p>Deverá ser apresentada amostra para avaliação e validação.</p>	
--	--	---	--


LOTE 5 – Equipamentos elétricos e eletrodomésticos			
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
21	01	BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V: (BB1) Purificador de água refrigerado, suspenso (fixação em parede) com acionamento por pressão, estrutura em metal e tampo em aço inox, reservatório interno com 3 litros de capacidade em aço inox, refrigeração através de compressor (gás R-134ª) até 10 graus Celsius, ajustável por termostato, com elemento filtrante C+5 e C+3, bacteriostático, pressão de trabalho de 5 a 50 m.c.a. e capacidade de fornecimento de (pelo menos) 7L/h. Corpo desmontável para limpeza (sem a necessidade de retirar o equipamento do local fixado), sistema de drenagem e ralo sifonado. Uso comercial/público e instalação interna ou externa. Jato inclinado regulável e jato para copo, com acionamento independente por teclas. Cor: Prata/Inox. Voltagem 110V. Garantia de 1 ano de fábrica e assistência técnica no Brasil. Modelo de referência: IBBL PDF300- 2T. VOLTAGEM PREFERENCIALMENTE BIVOLT, CASO NÃO HAJA, 127V	Hall circulação do 2º pavimento
		BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V PCD: (BB2) Purificador de água refrigerado, suspenso (fixação em parede) com acionamento por pressão, estrutura em metal e tampo em aço inox, reservatório interno com 3 litros de capacidade em aço inox, refrigeração através de compressor (gás R-134ª) até 10 graus Celsius, ajustável por termostato, com elemento filtrante C+5 e C+3, bacteriostático, pressão de trabalho de 5 a 50 m.c.a. e capacidade de fornecimento de (pelo menos) 7L/h. Corpo desmontável para limpeza (sem a necessidade de retirar o equipamento do local fixado), sistema de drenagem e ralo sifonado. Uso comercial/público e instalação interna ou externa. Jato inclinado regulável e jato para copo, com acionamento independente por teclas. Atendimento à Norma Técnica ABNT 9050:2020, possibilitando o uso por PCD. Cor: Prata/Inox. Voltagem 110V. Garantia de fábrica e assistência técnica no Brasil.	
22	01		Hall circulação do 2º pavimento

		Modelo de referência: IBBL PDF300- 2T. VOLTAGEM PREFERENCIALMENTE BIVOLT, CASO NÃO HAJA, 127V	
23	02	<p>PURIFICADOR DE ÁGUA: (FI1)</p> <p>Purificador de Água com 3 temperaturas (fria, gelada e natural). Função de filtração de impurezas contidas na água, remoção de sabores e odores desagradáveis.</p> <p>Bandeja removível para auxiliar sua limpeza. Tensão compatível para rede elétrica de 110 V. Deve permitir a acomodação em balcão ou fixação na parede. Deve acompanhar manual de instruções e instalação.</p> <p>Capacidade mínima do reservatório: 0,8 litros. Referência: Purificador de Água Electrolux PA31G e/ou Purificador de Água Consul CPB36AF.</p>	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento
24	20	<p>REFIL tipo filtro:</p> <p>Elemento filtrante para purificador de água. Função de reter impurezas na água, bem como reduzir a concentração de cloro, odores e gostos desagradáveis. Vida útil estimada: 2.250 litros ou 9 meses, no mínimo.</p> <p>O produto deve ser original, não deve ser aceito similar.</p> <p>O produto deve funcionar perfeitamente no modelo do purificador adquirido.</p>	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento
25	02	<p>REFRIGERADOR GELADEIRA INVERTER FROST FREE ECO INVERTER 480 LITROS: (RE1)</p> <p>Geladeira Frost Free, que não acumula gelo nas paredes do seu refrigerador e freezer.</p> <p>Tecnologia Smart Cooling, que distribui de maneira uniforme a temperatura em todo o gabinete do refrigerador e freezer, proporcionando a conservação por igual de todos os alimentos.</p> <p>Capacidade para 370 litros no refrigerador e 110 litros no freezer.</p> <p>Prateleiras em vidro reguláveis, prateleiras nas portas, gavetão de frutas e legumes para você garantir a máxima organização.</p> <p>Classificação energética é A e sistema de iluminação interno em LED.</p> <p>Compressor Eco Inverter, que trabalha silenciosamente e uma vida útil muito maior.</p> <p>Sistema Ice Twist, que facilita a fabricação e utilização do gelo.</p> <p>Smart Cooling :Distribui de maneira uniforme a temperatura em todo o gabinete do refrigerador e freezer;</p> <p>Capacidade total para 480 litros Refrigerador com capacidade para 370 litros e freezer com capacidade para 110 litros.</p> <p>Display digital e controle de temperatura e funções</p>	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento

		<p>Classificação Energética A Mais economia.</p> <p>Iluminação interna de Led Prático e versátil</p> <p>Eco Friendly Livre de gases que agredem o meio ambiente</p> <p>Características de referência:</p> <p>Fabricante: Philco Modelo: PRF506TI Capacidade: 480 Litros (370L no refrigerador e 110L no freezer) Tipo: Duplex Tecnologia: Smart Cooling, Frost Free, Display digital Clássico Energética: A (A+++ até 30% mais econômico) Controle de temperatura: eletrônico (refrigerador) / mecânico (freezer) Temperatura Freezer: -15°C a -24°C Temperatura Refrigerador: 2 a 8°C Porta: Em aço com tratamento anti-corrosão Prateleiras: Vidro Temperado Iluminação interna: LED Divisão do Refrigerador: 3 prateleiras, 1 gaveta de legumes, 1 compartimento de frios e 3 prateleiras de porta Divisão do Freezer: 1 prateleira intermediária e 2 prateleiras de porta Acessórios: Forma de gelo "Ice Twist" Água na Porta: Não Compressor: Eco Inverter ambas as tensões Tamanho do cabo de energia: 1,80Mts Tomada(A): 10A</p> <p>Peso e Dimensões: Produto Aberto (A x L x C): 178 x 133 x 135 Cm Produto Fechado (A x L x C): 178 x 79 x 68 Cm Peso Líquido: 75kg</p> <p>Referência: Refrigerador Geladeira 480 Litros Philco Eco Inverter Frost Free PRF506TI</p>	
26	02	<p>CERVEJEIRA 569 LITROS 569 Litros FULL BLACK PRETA: (CV)</p> <p>Cervejeira 569 Litros Full Black Preta, com controle de temperatura e iluminação LED.</p>	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento



		<p>Vidro duplo que reduz a transferência de calor, evitando processos de sudção.</p> <p>Espuma isolante: ecológica e eficiente, livre de CFC e HFC</p> <p>Gabinete em U: design inteligente, resistente, com melhor acabamento e isolamento térmico.</p> <p>Iluminação LED: luz interna eficiente, durável e que economiza energia.</p> <p>Dimensões Externas: Altura: 204,8 cm Largura: 68 cm Profundidade: 69,5 cm</p> <p>Dimensões Internas: Altura: 155,5 cm Largura: 59 cm Profundidade: 58,1 cm.</p> <p>Porta de vidro. Tensão: 110V ou 220V Visual premium fullblack Evaporador: aletado Controlador multitemperatura: display interativo com 4 faixas de temperatura ajustáveis. Prateleiras ajustáveis Trava de autofechamento Refrigeração dinâmica: ventilação forçada Gás R290: gás ecologicamente correto que não agride a camada de ozônio, amigo do ambiente. Prateleira: 3+0 Degelo: automático Classificação do produto: Cervejeira Faixa de Temperatura: -6o a +2o Capacidade: Bruta: 569 litros Líquida: 538 litros</p> <p>Referência: Cervejeira 569 Litros Full Black Preta CCV355 Imbera</p> 	
27	02	<p>FOGÃO INDUSTRIAL COM FORNO: (FO1 e FG1)</p> <p>Fogão Industrial 4 bocas, baixa pressão, com forno 87 litros.</p> <p>Queimadores: 2 simples e 2 duplos</p> <p>Grelha: Ferro fundido 30x30 reforçada</p> <p>Perfil (u): 50mm</p> <p>Alimentação: Gás baixa pressão</p> <p>Registros de gás: Manípulos expostos de fácil manuseio</p> <p>Pés: Fixos</p> <p>Material do corpo do fogão: Aço carbono com pintura epóxi na cor</p>	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento

		<p>preta</p> <p>Material da mesa: Aço carbono pintada em preto fosco</p> <p>Material dos espalhadores e bases dos queimadores: Ferro fundido</p> <p>Material da grelha (trempe): Ferro fundido pintado na cor preta</p> <p>Dimensões do fogão: Altura: 80 cm, Largura: 73 cm, Comprimento: 83 cm</p> <p>Forno com capacidade: 87 litros</p> <p>Porta: Possui travamento mecânico e puxador ergonômico</p> <p>Prateleira interna: Uma prateleira removível e regulável</p> <p>Dimensões internas do forno: Altura: 31 cm, Largura: 48 cm, Profundidade: 59 cm</p>	
28	05	<p>MICROONDAS INDUSTRIAL (MI)</p> <p>Forno de micro-ondas industrial, em aço inoxidável, 220 Volts, com potência máxima de 1.6 kW, com display digital, luz interna, 5 níveis de potência de micro-ondas.</p> <p>Potência: 1000W.</p> <p>Tensão: 220V monofásico.</p> <p>Dimensões (alt. x larg. x prof.): 343mm x 553mm x 488mm.</p> <p>Volume 34 litros.</p> <p>Display preciso ao selecionar o tipo de comida, para definir o tempo e a função para cozinhar.</p> <p>Estrutura: Compacto e empilhável em até 2 fornos (1+1). Maçaneta robusta, sem partes móveis.</p> <p>Luz interna que facilita a visualização da preparação.</p> <p>Câmara de cocção com cantos arredondados que facilitam a higienização.</p> <p>Alerta sonoro de fim de ciclo.</p> <p>1 ano de garantia em peças e mão de obra (exceto itens de desgaste natural).</p> <p>Possui 5 níveis diferentes níveis e programas para cozimento.</p> <p>Referência: Micro-ondas industrial Prática Finisher 1000W aço inoxidável 34L:</p> 	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento

Engenheira Thaís Soares Donato
CREAMG Nº 37.706/D

ANEXO IV – PROJETOS MOBILIÁRIO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0XX/2025

Os projetos estão disponíveis no link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1YaomYAf58KcEXHqUvq2QcVlyGTUmyfa9?usp=sharing>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Objeto: Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo e no documento contendo as especificações dos itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	UNID.	QTDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
1.0	LOTE 1 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO					
1.1	POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA: (P)	Plateia do auditório	UNID	220	R\$ 1.896,27	R\$ 417.180,32
1.2	POLTRONA PARA AUDITÓRIO PARA OBESO, COM PRANCHETA: (PO)	Plateia do Auditório	UNID	2	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
1.3	POLTRONA COM RODÍZIOS COM CONTROLE DE ALTURA, ENCOSTO E APOIO LOMBAR (P2)	Sala de Apoio do auditório, Sala de apoio do plenário e Recepção	UNID	7	R\$ 1.593,00	R\$ 11.151,00
1.4	POLTRONAS DA MESA DIRETORA (P1)	Palco do auditório	UNID	9	R\$ 2.143,26	R\$ 19.289,31
TOTAL ITEM 1.0 ---->						R\$ 452.620,63
2.0	LOTE 2 – MÓVEIS INDUSTRIALIZADOS					
2.1	POLTRONA DE CONVERSACÃO SWAN: (P3)	Palco do auditório	UNID	6	R\$ 3.131,51	R\$ 18.789,06
2.2	MESA LATERAL EM MÁRMORE PRETO: (M1)	Palco do Auditório	UNID	3	R\$ 1.479,00	R\$ 4.437,00
			UNID			R\$ -
TOTAL ITEM 2.0 ---->						R\$ 23.226,06
3.0	LOTE 3 – MARCENARIA SOB MEDIDA					
3.1	ARMÁRIO BAIXO: (A1)	Recepção	UNID	1	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00
3.2	ARMÁRIO BAIXO: (A2)	Cozinha do pavimento térreo	UNID	1	R\$ 5.900,00	R\$ 5.900,00
3.3	ARMÁRIO BAIXO: (A3)	Cozinha do pavimento térreo	UNID	1	R\$ 11.800,00	R\$ 11.800,00
3.4	ARMÁRIO BAIXO: (A4)	Cozinha do pavimento térreo	UNID	1	R\$ 10.900,00	R\$ 10.900,00
3.5	ARMÁRIO ALTO: (A5)	Cozinha do pavimento térreo	UNID	1	R\$ 14.900,00	R\$ 14.900,00
3.6	ARMÁRIO ALTO: (A6)	Sala de Apoio do Auditório	UNID	1	R\$ 11.300,00	R\$ 11.300,00
3.7	ARMÁRIO BAIXO: (A8)	DML do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
3.8	ARMÁRIO ALTO: (A9)	DML do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
TOTAL ITEM 3.0 ---->						R\$ 81.300,00
4.0	LOTE 4 – CORTINAS					
4.1	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C01	Hall de circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 1.736,88	R\$ 1.736,88
4.2	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C02	Hall de circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 1.781,85	R\$ 1.781,85
4.3	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C03	Hall de circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 2.129,35	R\$ 2.129,35
4.4	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C04	Hall de circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 2.393,86	R\$ 2.393,86
4.5	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C05	Hall de circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 2.393,86	R\$ 2.393,86
4.6	CORTINAS DE TECIDO VELUDO: (C0006)	Salão Multiuso - 2º pavimento	UNID	2	R\$ 5.500,00	R\$ 11.000,00
						R\$ -
TOTAL ITEM 4.0 ---->						R\$ 21.435,81
5.0	LOTE 5 – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS					
5.1	BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V: (BB1)	Hall circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 2.830,00	R\$ 2.830,00
5.2	BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V PCD: (BB2)	Hall circulação do 2º pavimento	UNID	1	R\$ 2.803,17	R\$ 2.803,17
5.3	PURIFICADOR DE ÁGUA: (F11)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	2	R\$ 1.229,90	R\$ 2.459,80
5.4	REFIL tipo filtro:	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	20	R\$ 112,65	R\$ 2.253,00
5.5	REFRIGERADOR GELADEIRA INVERTER FROST FREE ECO INVERTER 480 LITROS: (RE1)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	2	R\$ 3.402,61	R\$ 6.805,23
5.6	REFRIGERADOR GELADEIRA INVERTER FROST FREE ECO INVERTER 480 LITROS: (RE1)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	2	R\$ 5.099,00	R\$ 10.198,00

Esse documento foi assinado por SUELY MARIA MARQUES DE OLIVEIRA para validar o documento e suas assinaturas
 acesse <https://assinador.crcmg.org.br/validar/4WAU2-CF65U-APPDJ-KW3MW>

ANEXO V - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Objeto: Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo e no documento contendo as especificações dos itens.

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	UNID.	QTDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
5.7	FOGÃO INDUSTRIAL COM FORNO: (FO1 e FG1)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	2	R\$ 1.947,75	R\$ 3.895,50
5.8	MICROONDAS INDUSTRIAL (MI)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento	UNID	5	R\$ 4.593,51	R\$ 22.967,55
TOTAL ITEM 5.0 ---->						R\$ 54.212,24
TOTAL GERAL DO PREÇO DE REFERÊNCIA ---->						R\$ 632.794,74

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, desde que a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.8. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado dos manuais de usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, (LGPD), é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. O CRCMG seguindo as boas práticas de governança e compliance está comprometido com seus deveres de garantia da privacidade e de proteção de dados pessoais, e preza em todas as relações contratuais que os envolvidos adotem boas práticas de governança, visando sempre o interesse do respeito a legislação vigente.

10.2. Neste sentido, a CONTRATADA declara estar ciente que a CONTRATANTE é uma entidade de fiscalização tendo como uma de suas atividades precípuas, o registro de categoria profissional, regida pelo princípio do acesso à informação normatizado pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Sendo assim, realiza o tratamento de dados para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições legais do serviço público,

e, portanto, eventuais dados pessoais dos sócios, representantes legais, prepostos e demais envolvidos na relação do objeto do presente contrato, estarão disponíveis no Portal da Transparência, nos termos do art. 23 da LGPD.

10.3. A CONTRATADA no ato da assinatura do presente instrumento, declara que se encontra adequada e capaz de garantir a devida proteção e manuseio dos dados pessoais que sejam tangíveis, ou que, pessoalmente identifiquem ou tornem identificáveis, quaisquer empregados, clientes, agentes, usuários final, fornecedor, contatos, ou qualquer pessoa natural cujos dados pessoais sejam objeto de tratamento das respectivas instituições a quem pertencem os sócios quotistas incluindo suas filiais, subsidiárias, ou grupo econômico a que pertençam, em conformidade com a LGPD.

10.4. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.5. As partes deverão adotar todas as políticas e medidas protetivas definitivas na LGPD, promovendo políticas de proteção de dados com adoção de ferramentas tecnológicas, jurídicas e humanas, para coleta e proteção de dados pessoais de pessoas naturais, no âmbito do desenvolvimento do objeto do presente contrato.

10.6. Ressalvado o disposto no item 10.7, é vedada à CONTRATADA a subcontratação do processamento dos dados pessoais recebidos, bem como a transferência do processamento ou tratamento para qualquer empresa ou terceiro, inclusive no exterior, sem o consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, no âmbito do objeto deste contrato.

10.7. A CONTRATADA, no âmbito de suas relações comerciais próprias, poderá contratar serviços de armazenamento em nuvem para os dados relacionados ao presente contrato, desde que essenciais à execução dos serviços e em acordo com as finalidades e os limites deste ajuste e as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

10.7.1. A CONTRATADA atesta que a prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem possui condições de fornecer o nível adequado de proteção dos dados sob a sua guarda, em conformidade com as exigências estipuladas na Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

10.7.2. A prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem atuará na condição de suboperadora dos dados e, no caso de descumprir as determinações da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), responderá a CONTRATADA perante o CRCMG.

10.8. A CONTRATADA se compromete a, na execução das suas atividades contratualmente previstas, não coletar dados pessoais de terceiros sem a observância dos pressupostos da LGPD, tampouco compartilhar ou enviar tais dados para a CONTRATANTE, quando seu tratamento estiver em desconformidade com a referida legislação, sob pena de caracterizar inadimplemento contratual, passível, inclusive, de motivar a rescisão prevista no presente instrumento.

10.9. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

10.10. A CONTRATADA se compromete com a qualidade dos dados pessoais eventualmente fornecidos à CONTRATANTE em decorrência do presente contrato, zelando pela entrega de dados corretos e atualizados,

buscando sempre o melhor interesse dos titulares, respeitando os seus direitos e reforçando sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD.

10.11. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais, e os eliminará completamente com todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando a CONTRATADA tenha que mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD, sob pena de responsabilização administrativa, cível e penal.

10.12. Em caso de eventual coleta de dados pessoais sensível, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

10.13. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes no item 10.11 acima.

10.14. As partes informarão imediatamente entre si caso o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou terceiros solicitem informações sobre o tratamento de dados pessoais relacionados ao presente contrato ou mesmo determine, legalmente amparada, a eliminação ou anonimização dos dados compartilhados.

10.15. A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle externo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial total do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6 observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3. Multa:

12.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (cinco por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.5.2. Os valores correspondentes à parcela inadimplida, multas e indenizações poderão ser retidos dos pagamentos a serem feitos ao Contratado até a conclusão do processo administrativo.

12.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.5.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa

do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRCMG deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Projeto	Conta contábil	
	Código	Descrição
5009	6.3.2.1.03.01.002	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
5009	6.3.2.1.03.01.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS
5009	6.3.2.1.03.01.003	INSTALAÇÕES

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO CRCMG

17.1. O Contratado deverá tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação do CRCMG, instituída pela Resolução CRCMG nº 441/2021, disponível em <http://cadastro.crcmg.org.br/ged/>, e se comprometer com a observância e o acatamento de suas diretrizes, sempre que tiver acesso a qualquer informação ou comunicação do CRCMG, oriundas da relação firmada por este instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA/DIGITAL

18.1. Nos termos da Lei nº 14.063/2020 e do Decreto nº 10.543/2020, as partes e as testemunhas concordam expressamente em utilizar assinatura eletrônica para ratificação e legitimação dos termos ajustados no presente instrumento, reconhecendo que a formalização, por esse procedimento, é bastante suficiente à sua integral validade jurídica e vinculação das partes ao Contrato.

18.2. As partes renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (não eletrônicas) assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas digitais ou eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

19. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

21.1. É eleito o Foro da Justiça Federal - Subseção de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, de de 2025.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Suely Maria Marques de Oliveira
Presidente do CRCMG

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

- 1.
- 2.

Visto jurídico
do CRCMG:

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA - PLANILHA DE PREÇOS

AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Objeto: Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo e no documento contendo as especificações dos itens.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNID.	QTDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
1.0	LOTE 1 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO							
1.1	POLTRONA PARA AUDITÓRIO COM PRANCHETA: (P)	Plateia do auditório			UNID	220	R\$	-
1.2	POLTRONA PARA AUDITÓRIO PARA OBESO, COM PRANCHETA: (PO)	Plateia do Auditório			UNID	2	R\$	-
1.3	POLTRONA COM RODÍZIOS COM CONTROLE DE ALTURA, ENCOSTO E APOIO LOMBAR (P2)	Sala de Apoio do auditório, Sala de apoio do plenário e Recepção			UNID	7	R\$	-
1.4	POLTRONAS DA MESA DIRETORA (P1)	Palco do auditório			UNID	9	R\$	-
TOTAL ITEM 1.0 -->							R\$	-
2.0	LOTE 2 – MÓVEIS INDUSTRIALIZADOS							
2.1	POLTRONA DE CONVERSACÃO SWAN: (P3)	Palco do auditório			UNID	6	R\$	-
2.2	MESA LATERAL EM MÁRMORE PRETO:(M1)	Palco do Auditório			UNID	3	R\$	-
					UNID		R\$	-
TOTAL ITEM 2.0 -->							R\$	-
3.0	LOTE 3 – MARCENARIA SOB MEDIDA							
3.1	ARMÁRIO BAIXO: (A1)	Recepção			UNID	1	R\$	-
3.2	ARMÁRIO BAIXO: (A2)	Cozinha do pavimento térreo			UNID	1	R\$	-
3.3	ARMÁRIO BAIXO: (A3)	Cozinha do pavimento térreo			UNID	1	R\$	-
3.4	ARMÁRIO BAIXO: (A4)	Cozinha do pavimento térreo			UNID	1	R\$	-
3.5	ARMÁRIO ALTO: (A5)	Cozinha do pavimento térreo			UNID	1	R\$	-
3.6	ARMÁRIO ALTO: (A6)	Sala de Apoio do Auditório			UNID	1	R\$	-
3.7	ARMÁRIO BAIXO: (A8)	DML do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
3.8	ARMÁRIO ALTO: (A9)	DML do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
							R\$	-
TOTAL ITEM 3.0 -->							R\$	-
4.0	LOTE 4 – CORTINAS							
4.1	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C01	Hall de circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
4.2	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C02	Hall de circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
4.3	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C03	Hall de circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
4.4	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C04	Hall de circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
4.5	CORTINA TIPO ROLÔ TELA SOLAR 5%: C05	Hall de circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
4.6	CORTINAS DE TECIDO VELUDO: (C0006)	Salão Multiuso - 2º pavimento			UNID	2	R\$	-
							R\$	-
TOTAL ITEM 4.0 -->							R\$	-
5.0	LOTE 5 – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRODOMÉSTICOS							
5.1	BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V: (BB1)	Hall circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
5.2	BEBEDOURO DE ÁGUA, TIPO: PRESSÃO 127V PCD: (BB2)	Hall circulação do 2º pavimento			UNID	1	R\$	-
5.3	PURIFICADOR DE ÁGUA: (F11)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	2	R\$	-
5.4	REFIL tipo filtro:	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	20	R\$	-
5.5	REFRIGERADOR GELADEIRA INVERTER FROST FREE ECO INVERTER 480 LITROS: (RE1)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	2	R\$	-
5.6	CERVEJEIRA 569 LITROS 569 Litros FULL BLACK PRETA: (CV)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	2	R\$	-
5.7	FOGÃO INDUSTRIAL COM FORNO: (F01 e F01)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	2	R\$	-

Esse documento foi assinado por SUELY MARIA MARQUES DE OLIVEIRA. Para validar o documento e suas assinaturas

acesse <https://assinador.crcmg.org.br/validate/4WAU2-CF65U-APPDJ-KW3MW>



ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA - PLANILHA DE PREÇOS

AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Objeto: Fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo e no documento contendo as especificações dos itens.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNID.	QTDE	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
5.8	MICROONDAS INDUSTRIAL (MI)	Cozinha do térreo e cozinha do 2º pavimento			UNID	5		R\$ -
TOTAL ITEM 4.0 ---->								R\$ -
TOTAL GERAL PARA O ORÇAMENTO ---->								R\$ 0,00

ANEXO VIII – ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxx/xxxx-xx, representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, visando à formalização de proposta de preços, relativa ao Pregão Eletrônico n.º 006/2025, cujo objeto é o fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no projeto executivo, no memorial descritivo e no documento contendo as especificações dos itens, que integram o ato convocatório, **REALIZOU VISTORIA** no local onde os serviços serão prestados, tomando conhecimento das condições, das especificações, da estrutura local, assim como das demais peculiaridades, especificidades e dificuldades inerentes à execução dos serviços objeto da contratação, assumindo total responsabilidade pela composição de sua proposta/planilha de preços em relação aos custos totais envolvidos na execução completa dos serviços.

Belo Horizonte, XX de XXXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gerente de Contratações

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxx/xxxx-xx, representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, visando à formalização de proposta de preços, relativa ao Pregão Eletrônico n.º 006/2025, cujo objeto é o fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos eletrodomésticos para o novo prédio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG, localizado na Rua Cláudio Manoel, nº 617, Belo Horizonte/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no projeto executivo, no memorial descritivo e no documento contendo as especificações dos itens, que integram o ato convocatório, **DECLARA TER PLENO CONHECIMENTO** das condições, das especificações, da estrutura local, assim como das demais peculiaridades, especificidades e dificuldades inerentes à execução dos serviços objeto da contratação, assumindo, dessa forma, todos os riscos e consequências relativos à prestação integral dos serviços, isentando o CRCMG de qualquer ônus futuro por incompatibilidade dos seus custos decorrentes do adimplemento do objeto.

Belo Horizonte, XX de XXXXXXX de 2025.

Assinatura do representante da empresa



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 4WAU2-CF65U-APPDJ-KW3MW

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ SUELY MARIA MARQUES DE OLIVEIRA (CPF ***.588.426-**) em 21/10/2025
16:38 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate/4WAU2-CF65U-APPDJ-KW3MW>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.crcmg.org.br/validate>